



MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

Há 25 Anos a honrar os Combatentes

6

Um amigo
que partiu



7

Novo CEMFA
tomou posse



13

História da BA6
em livro



36

Estórias
da História



38

Tertúlias
«Fim do Império»



Combatente

Edição n.º 387 - Trimestral
março 2019

Proprietário e Editor:

Liga dos Combatentes
Rua João Pereira da Rosa, 18
1249-032 Lisboa
Tel.: 213 468 245
geral@ligacombatentes.org.pt
NIPC/NIF 500816905

Redação:

Rua João Pereira da Rosa, 18
1249-032 Lisboa

Diretor:

Joaquim Chito Rodrigues

Conselho Editorial:

Direção Central

Diretor Executivo:

Hélder Freire

Editor (Redação):

Jorge Henrique Martins (CP 7283A)

Copydesk:

António Porteira

Publicidade:

Elisabete Caboz
Tel.: 21 386 90 41 - 91 774 86 89

Secretariado:

Anabela Rodrigues
anabelarodrigues@ligacombatentes.org.pt

Execução gráfica:

Departamento de Informática LC

Impressão:

Lisgráfica, S.A.
Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina
2730-053 Barcarena
Tel: 214 345 444

Expedição:

Translista, Lda.
Rua Miguel Bombarda, 9
Queluz de Baixo 2745-124
Barcarena - Tel: 214 266 886
translista@ip.pt

Tiragem:

50.000 exemplares

Depósito Legal:

210799/04
ISSN - 223 582
N.º ERC - 101 525

Estatuto Editorial:

www.ligacombatentes.org.pt/revista_combatente/estatu-
to_editorial

Conta Solidária Donativos - NIB 0035 0396 0022 0208 9305 8

Do antecedente.....	72.915,03 €
Sócios do Núcleo de Queluz.....	5,20 €
Vitorino da Conceição Cabedal.....	7,00 €
António Sousa.....	10,00 €
José Maria Pires Martins.....	20,00 €
António Esteves Pires.....	20,00 €
Fernando Octávio Ferreira Cosme.....	30,00 €
Maria Lidia G. Lobo Cabral Sacadura.....	80,00 €
Mário Pereira, Mediação de Seguros.....	96,84 €
Anónimo.....	100,00 €
Núcleo de Queluz.....	500,00 €
Donativos na Capela do FBS - 4º Trimestre de 2018.....	731,65 €
Saldo em 31-03-2019.....	74.515,72€

Solidariedade Humana

Joaquim Chito Rodrigues
General
Presidente da Direção Central



O conceito de solidariedade ocorre no séc. XIX com o filósofo francês Pierre Leroux a quem também é atribuído o termo socialismo. Segundo ele, a solidariedade é a nova forma do elo social de ligação à democracia, sendo esta a igualdade entre cidadãos.

A solidariedade sucede assim à caridade, sem que esta tenha desaparecido.

Estamos perante a solidariedade horizontal quando surge a organização associativa dos indivíduos para a resolução dos problemas comuns. Ou seja, solidariedade filantrópica. Por outro lado, a ação compensadora do estado para impedir que as desigualdades se perpetuem leva-nos ao conceito de solidariedade vertical. Ou seja, a solidariedade democrática. Concretamente a solidariedade filantrópica é praticada pela Liga dos Combatentes. A solidariedade democrática pelo governo.

Neste esforço conjunto, cabe a Liga dos Combatentes pedir o que deve. Depois de diálogo, cabe ao governo dar o que pode. A forma da solidariedade associativa não deve pretender, porém substituir a ação do estado, mas articular-se com ele.

É esse um dos objetivos estabelecidos pelos nossos estatutos ao afirmar no artigo 2. d) que a Liga deve cooperar com os órgãos de soberania e da administração pública com vista a realização dos seus objetivos, nomeadamente no que respeita a adoção de

medidas de assistência e a situações de carência económica dos associados. Isso não significa que a Liga não deva interpelar, propor soluções, ou fazer pressão para que as suas propostas sejam adotadas.

É a situação que a Liga dos Combatentes criou com a proposta do Projeto de Lei do Reconhecimento e da Solidariedade entregue no ano transato ao governo e à Assembleia da República. A Liga propôs o que devia, tendo como prioridade absoluta a pessoa humana na sua dignidade. Mais ainda que a solidariedade social é a solidariedade humana que nos move. É a justiça e os direitos humanos que prosseguimos. Externa e internamente.

A lei 3/2009 não é justa nem tem em consideração os direitos daqueles que serviram o país em condições de conflito aberto e elevada periculosidade, afrontando mesmo a sua dignidade. Temos fundada esperança de uma breve reconciliação entre o estado e os combatentes. Publicamos nesta revista as nossas propostas.

Sabemos que como hoje já acontece, a maioria dos combatentes não reúne as condições para atingir o máximo da subvenção ou acréscimo de pensão propostos, mas sim os 75%. Por outro lado, o universo de aplicação da lei 9 /2002 era bastante superior ao da lei 3 /2009, o qual é hoje bastante inferior ao da data da sua publicação e con-

tinuará a diminuir substancialmente ao longo dos anos, o que deverá ser tido em consideração e facilitar a aceitação das propostas da Liga, pelo governo. A constituição portuguesa, como outros países, apresenta como objetivo a criação de uma sociedade justa e solidária. Mas este objetivo surge hoje como um objetivo global (ONU), continental (ver intervenção do primeiro ministro italiano Giuseppe Conte no Parlamento Europeu em 17 de fevereiro, afirmando a desadequada e insuficiente solidariedade interna da União Europeia a qual necessita de ser mais solidária para ser mais justa e social) e é mesmo objetivo nacional, quer ao nível do estado (Segurança Social) quer da sociedade civil organizada (CNIS, Misericórdias, Igreja) para esta finalidade.

Mais do que reconhecer uma situação delicada, importa ajudar, aprofundando o sentimento de identificação com o sofrimento dos outros ou o reconhecimento do sacrifício suportado ao serviço dos outros, na missão mais nobre que pode caber ao cidadão: jurar dar a vida se necessário for na defesa da sua Pátria e defende-la em última circunstância: a Guerra. Não vale a pena esperarem-se mais vinte e cinco anos para depois, os que restarem, serem apontados como heróis. Será tarde demais para aplicar a solidariedade democrática quando se esqueceu a oportuna justiça da solidariedade humana. ■

Altino Amadeu Pinto de Magalhães

Foi general do Exército e Presidente da Liga dos Combatentes

Faleceu no passado dia 24 de janeiro de 2019, em Oeiras, o general do Exército, Altino Amadeu Pinto de Magalhães. Nascido em 08 de maio de 1922, Ribalonga, Carrazeda de Ansiães (Bragança) assentou praça em 12 de Agosto de 1940; fez o Curso de Infantaria da Escola do Exército e foi promovido ao posto de general em 26 de agosto de 1978. Do seu curriculum podem ser retirados os seguintes eventos: como oficial subalterno prestou serviço nos Açores e em Angola incorporado em Batalhões operacionais da sua Arma. No posto de capitão serviu em Macau, como Adjunto do Comando de um Batalhão destacado de Angola; fez os Cursos Geral e Complementar de Estado-Maior e participou nas manobras da 3ª. Divisão (NATO) como Oficial de Operações de um dos 3 Regimentos de Infantaria.

Como oficial superior foi professor do IAEM; Comandante do Batalhão de Infantaria da Madeira, Adido Militar Naval e Aeronáutico junto da nossa Embaixada no Brasil; Chefe do Estado-Maior da Região Militar de Angola. Promovido a general comandou o Sector Militar do

Uíge, acumulando estas funções com as de governador do Distrito do mesmo nome; depois do 25 de Abril foi nomeado Comandante Militar de Angola, com acumulação das funções de Adjunto do Comando-Chefe e de membro da Junta Governativa de Angola; nomeado Comandante-Chefe dos Açores, veio também a acumular estas funções como as de Presidente da Junta Regional dos Açores antecessora do atual governo Regional. Regressado a Lisboa foi Diretor Geral da Instrução do Exército e, depois, Vice-Chefe do EME, Vice-Chefe do EMGFA e Diretor do Instituto de Defesa Nacional.

Foi presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes, entre 1986 e 1996 e Presidente da Comissão Executiva do Monumento aos Combatentes do Ultramar (junto à Torre de Belém), construído durante esse período. Foi Presidente do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes e era atualmente, membro do mesmo Conselho.

A sua carreira militar regista 15 louvores ao nível de Comando, de Governador e de Ministro. Conta ainda com oito Medalhas nacionais, seis brasileiras, uma



francesa e uma jugoslava. Das nacionais são das mais elevadas: Três (prata e ouro) de Serviços Distintos com Palma e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, em 3 de agosto de 1984, pela Presidência da República Portuguesa.

A Liga dos Combatentes apresenta à família enlutada, os sentidos pêsames.🇵🇹

Faleceu o Comendador José Eduardo Gaspar Arruda, Presidente da Direção Nacional da ADFA

José Arruda, presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, faleceu no passado dia 26 de janeiro de 2019, no Hospital da Cruz Vermelha.

A notícia foi dada pela associação, que mostrou “enorme mágoa e profunda consternação” e não deixou passar em branco, a causa a que estava associado “com a elevação e a responsabilidade de um cidadão íntegro, dedicado e exemplar”.

“Sublinhamos e homenageamos o homem de abril, que viveu na plenitu-



de os valores da democracia, em liberdade e solidariedade”, pode ler-se na nota.

A Liga dos Combatentes apresenta à ADFA e a todos os seus membros, o nosso mais profundo sentimento de solidariedade. Apresentamos, também à

família, os nossos sentimentos de pesar. Recordaremos para sempre a sua força e determinação nos anos passados em comum, na luta pela mesma causa: a dignidade dos combatentes e famílias.🇵🇹

Curta Homenagem a um Grande General



Jaime Gama

Chanceler das Antigas Ordens Militares

Fora dos holofotes da fama, discretamente como sempre viveu, deixou de estar entre nós o General de quatro estrelas Altino de Magalhães.

A sua longa carreira militar fala por si e outros melhor do que eu sobre ela poderão trazer o seu contributo elucidativo.

Tendo tido a oportunidade de com ele contactar de perto em algumas ocasiões, não posso deixar de recordar traços essenciais da sua personalidade que me impressionaram.

O General Altino era um transmontano duriense atraído pela vocação das armas em plena II Guerra Mundial. A experiência do comando de tropas, desde os seus primeiros postos, transparecia na forma de lidar com os homens, mesmo nas mais elevadas posições que viria a assumir. O próprio desempenho de funções políticas, e sempre por curtos períodos, nunca se afastou do quadro genérico de uma missão militar.

A Liga dos Combatentes teve nele o desempenho notável de um Presidente que ensaiara a sua capacidade de liderança conciliadora na forma como soube gerir a questão do Monumento ao Combatente.

No Estado-Maior do Exército e no Estado-Maior General das Forças Armadas, investiu o peso da sua posição hierárquica no apoio moderador

e avisado a reformas e transformações ditadas pelo espírito do tempo, carreando para essa evolução o peso de uma legitimidade necessária à mudança.

Com elevada capacidade de discernimento, subtileza e coragem, liderou, em 1975, um complexo processo de recentramento político-militar nos Açores, que, de certa forma, antecipa e estimula a normalização do País ocorrida em novembro desse ano.

Não era o género de alardear o seu merecimento, mas era alguém que sempre esteve no seu lugar para fazer o que tinha que ser feito, isto é, para executar a missão para que fora investido como militar.

São Homens como o General Altino de Magalhães que fazem um Exército. E que fazem Portugal.

Honra à sua Memória!🇵🇹



10 de junho de 2019

Homenagem aos Combatentes
XXVI Encontro Nacional

A Comissão Executiva para a Homenagem Nacional aos Combatentes 2019 convida V. Ex^a, família e amigos a participarem nas comemorações do Dia de Portugal, celebrando a Pátria e honrando os seus Combatentes.

A cerimónia realiza-se como habitualmente, junto do Monumento de Homenagem aos Mortos do Ultramar e consta do seguinte programa:

- 10H30 - Missa por intenção de Portugal e de sufrágio pelos seus mortos na Igreja dos Jerónimos;
- 12H15 - Abertura da cerimónia junto ao Monumento;
- 12H16 - Palavras de abertura do Presidente da Comissão Executiva;
- 12H20 - Leitura da mensagem de Sua Ex^a. o Presidente da República;
- 12H23 - Cerimónia inter-religiosa católica e muçulmana;
- 12H30 - Discurso alusivo feito pelo orador - Dr. Pires de Lima;
- 12H38 - Homenagem aos mortos e deposição de flores;
- 13H03 - Hino Nacional;
- 13H07 - Passagem final pelas lápides;
- 13H27 - Salto de Para-quedistas;
- 13H35 - Almoço-convívio nos terrenos frente ao Monumento.

Defesa da Pátria é Dever de Todos



João Manuel Nobre de Carvalho
C/Almirante Reformado

Muitos cidadãos podem pensar, erradamente, que Portugal está imune a ameaças como a guerra e o terrorismo. Não é verdade.

Aprende-se nas escolas militares que a ameaça é o produto lógico das capacidades pelas intenções. Assim, um país vizinho pode ter meios militares significativos, susceptíveis de serem utilizados contra Portugal, mísseis de alcance adequado, por exemplo, mas esse governo estrangeiro, não manifesta intenções de invadir ou adquirir pela força recursos portugueses. Assim sendo, aquele Estado não constitui uma ameaça. Porém, se tiver os meios ofensivos necessários e tencionar utilizá-los contra nós, constituirá, efectivamente uma ameaça. Os Serviços

de Informações são essenciais nesta área. Sendo a política internacional o que é, regendo-se pelos interesses percebidos por cada Estado, o nosso País deve manter-se atento à evolução das capacidades militares dos vizinhos a Oeste e a Sul, especialmente no tocante à sua evolução política e as possíveis intenções dos respectivos governos, não descuidando a preparação das nossas Forças Armadas (FA).

É importante, como disse o Professor Adriano Moreira, olhar para a evolução do mapa da Europa nos últimos duzentos anos, como se espreitássemos por um caleidoscópio, constatando como se alteraram as fronteiras, como desapareceram Estados e se criaram outros, em consequência de guerras, como um Estado pode passar de amigo a inimigo e vice-versa.

O nosso País não está livre, por exemplo, de inopinadamente, serem descobertos recursos minerais raros, em terra ou no subsolo marinho sob a sua jurisdição, que suscitem a cobiça de outros Estados. O nosso grande vizinho ibérico, sujeito a importantes forças centrífugas internas, através da história sempre so-

nhou em dominar a península, nomeadamente os portos da vertente atlântica. As potências atlânticas, em especial o Reino Unido e os Estados Unidos da América têm sido os nossos aliados tradicionais na preservação da independência Nacional. Por isso o País é membro, fundador, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Segundo o Artigo 276º nº 1 da Constituição da República, a Defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses.

Perante a eclosão de uma guerra mundial, Portugal pode ser cobiçado por uma grande potência beligerante que pretenda conquistar a Europa, como aliás já aconteceu durante a II Grande Guerra.

Os Estados que compõem a União Europeia divergem significativamente na política externa, o Reino Unido, uma das duas potências nucleares europeias, poderá desligar-se em breve e vislumbram-se outras fissuras.



Fonte: www.paraquedistas.com.pt

A Rússia é percebida de modo diferente pela Alemanha e pela França e outros países europeus. Por isso uma Defesa comum europeia credível sem o apoio dos EUA, é problemática.

Portugal, também não está imune ao terrorismo islâmico, quando recebe anualmente cerca de onze milhões de turistas europeus, americanos e chineses.

Acresce ainda a possibilidade de o País ser colocado subitamente perante uma ameaça inteiramente nova e imprevisível neste momento.

Perante este quadro, Portugal, à semelhança de outros Estados, não pode deixar de possuir Forças Armadas (FA) com competências suficientes para constituírem um dissuasor, interoperarem com as FA dos Estados aliados, mostrando que os portugueses querem continuar como Nação independente. É indispensável que as FA preservem as infra-estruturas e a organização que lhe permitam, em caso de necessidade, aumentar os efectivos, por forma a assegurar o recrutamento e a mobilização geral dos cidadãos. Segundo o Artigo 276º nº 1 da Constituição da República, a Defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses.

As nossas FA têm como missão principal a defesa militar da República e a participação nas Alianças de que Portugal faz parte. Na sua capacidade sobran-te podem desempenhar missões de serviço público, como o salvamento marítimo, a patrulha do espaço jurisdicional aéreo e marítimo, a fiscalização da pesca, a colaboração com o Serviço Nacional de Protecção Civil, nomeadamente em catástrofes e no combate aos incêndios florestais.

As nossas FA têm como missão principal a defesa militar da República e a participação nas Alianças de que Portugal faz parte.

Para além das suas obrigações constitucionais quando é decretado o Estado de Sítio ou de Emergência, as FA devem poder colaborar com as Forças de Segurança no território Nacional, especialmente no combate ao terrorismo, ao tráfico de seres humanos e estupefacientes e outra ameaças.

Acontece que os nossos políticos e governantes, de um modo geral, no seu discurso ao País, provavelmente para não alarmar a população, têm procurado justificar a necessidade da existência das Forças Armadas com as missões de serviço público que executam, escamoteando o verdadeiro e primordial objectivo da sua existência, a Defesa da Pátria. Por isso a Nação exige dos militares total dedicação, inclusivamente o sacrifício da própria vida no cumprimento da missão, se necessário. No entanto, parece-me oportuno lembrar que a preparação do militar deve ser no sentido de fazer o inimigo morrer pela pátria deles, como disse às suas tropas o General Patton, o lendário herói do Exército dos EUA, em vésperas do desembarque nas costas da Normandia, no inesquecível Dia "D".

Assim, em tempo de paz, a principal preocupação dos militares é manter um elevado nível de exigência no plano ético, moral e de treino incessante, procurando nos exercícios simular o mais possível o ambiente de guerra, assegurando um elevado grau de prontidão e de interoperabilidade com os seus congéneres aliados, para que não constitua o elo mais fraco.🇵🇹



defesanacionalpt.blogspot.com

Condecorações dos militares do Batalhão 114



Fernando Reis Lima

Alf. Milº. Médico em 1961/1963

As condecorações, ou citações, constituem uma recompensa com que se estimula o brio dos militares, exaltando-se o comportamento heroico, disciplinar ou comportamental dos que são alvo das mesmas. Já os antigos Exércitos, nomeadamente o Exército Romano, atribuíam aos seus soldados, condecorações por bravura, assim como instituíam uma série de punições por transgressão aos regulamentos, ou por atos de covardia em combate. Assim sendo, a ostentação das condecorações, pelos agraciados, nos desfiles ou cerimónias, é um estímulo para que outros os imitem em circunstâncias idênticas. Como acontece em todos os Exércitos, também o Exército Português instituiu e adotou uma extensa lista de condecorações.

De acordo com a atualização legislativa do Regulamento da Medalha Militar- Decreto-lei nº 316/2002, de 27 de dezembro de 2002, a ordem de precedência, e valor, das condecorações militares (usadas no lado esquerdo do peito) é a seguinte:

- 1ª Ordem Militar da Torre Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.
- 2ª Medalha de Valor Militar.
- 3ª Medalha da Cruz de Guerra.
- 4ª Ordem Militar de Cristo.
- 5ª Ordem Militar de Avis.
- 6ª Medalha de Serviços Distintos.
- 7ª Medalha de Mérito Militar.
- 8ª Ordem Militar de Santiago de Espada.
- 9ª Ordem do Infante D. Henrique.
- 10ª Ordem da Liberdade.
- 11ª As medalhas privativas, pela seguinte ordem: medalha da Defesa Nacional, medalha da Cruz de São Jorge, medalha da Cruz Naval, medalha de D. Afonso Henriques-Mérito do Exército e medalha de Mérito Aeronáutico.

- 12ª Medalha de Comportamento Exemplar.
- 13ª Medalha dos promovidos por feitos distintos em campanha.
- 14ª Medalha dos feridos em campanha.
- 15ª Medalha de reconhecimento.
- 16ª Medalha comemorativa das campanhas.
- 17ª Medalha comemorativa de comissões de serviço especiais.
- 18ª Outras condecorações nacionais, sendo a precedência determinada pela ordem alfabética dos nomes das respetivas nações ou organizações em língua portuguesa.

Nota: A Ordem do Império, a medalha de serviços distintos ou relevantes no ultramar, e a medalha da vitória, mantêm para os possuidores destes galardões, as posições de precedência previstas no Regulamento revogado (Artigo 2º do Decreto-lei nº 316/2002, de 27 de dezembro de 2002).

Estas condecorações estão incluídas nas Ordens Honoríficas Portuguesas destinando-se a galardoar, ou a distinguir, a título póstumo ou em vida, os cidadãos que se distinguiram por feitos militares, atos excecionais, serviços relevantes prestados ao País, ou ainda por mérito pessoal. Quando a condecoração é atribuída por feitos heroicos em campanha é concedida com palma. Estão estabelecidas nove Ordens Honoríficas, agrupadas em três grupos:

Antigas Ordens Militares: Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, a Ordem Militar de Cristo, a Ordem Militar de Avis e a Ordem de Santiago da Espada.

Ordens Nacionais: Ordem do Infante D. Henrique e a Ordem da Liberdade.

Ordens de Mérito Civil: Ordem de Mérito, Ordem da Instrução Pública e Ordem do Mérito Empresarial

Por aqui se vê, a importância que o Estado Português, legislando, atribuiu às condecorações que poderão ser atribuídas estabelecendo, inclusivamente, a ordem da sua precedência e importância.

Todos os elementos do Batalhão 114, foram agraciados com a Medalha de componentes do Corpo Expedicionário Português, em Angola. Além disso, muitos dos militares, do Batalhão 114 (BC114) que combateram na Campanha Expedicionária do Exército Português em Angola nos anos de 1961/ 63, foram



agraciados com condecorações por atos de bravura em combate, ou por comportamento militar exemplar.

Permito-me apresentar, para que da memória se não apague, os nomes dos militares, que pela Pátria deram a vida e o dos condecorados, por feitos relevantes, do Batalhão 114. Seria extenso, monótono e talvez despropositado, referir o texto referente a cada um dos motivos que levaram à atribuição dos galardões atribuídos.

Realço, que foi exemplar a atitude e o comportamento dos militares do BC 114 nas dezenas de ações de combate em que estiveram envolvidos no Norte de Angola, nomeadamente na zona de Nambuangongo, sendo, no entanto, digno de nota, que de maneira geral, todos se distinguiram no exercício das missões de que foram incumbidos. A todos dedicamos o louvor que à Unidade foi atribuído, por sua Excelência o General Comandante da Região Militar de Angola pela atuação que teve durante a sua permanência na Região Militar. Transcreve-se o seu teor:

Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, louva:

Por seu Despacho de 17 de maio de 1963:
O Batalhão de Caçadores nº114 pelo Mérito e Distinção sempre demonstrados nas diferentes missões que lhe foram confiadas durante a permanência nesta Região Militar. Ainda em período de organização, tomou parte na arrancada sobre Nambuangongo, tendo-se distinguido, em particular nas áreas de Quicabo, Balacende e Beira Baixa, e, ainda, quando do ataque sofrido no Quanda Maú, onde teve as suas primeiras baixas, e em que infligiu sérias perdas ao IN, mercê duma pronta e decidida reacção. A sua presença nas áreas indicadas permitiu a garantia do principal eixo de

reabastecimentos do sector e o controle sucessivo de extensas e difíceis áreas.

Mais tarde, foi deslocado para a Zona de Intervenção Leste (ZIL), onde o seu comando foi investido das funções de Comando de Zona. O aumento de responsabilidades do facto resultante, não impediu que o Batalhão continuasse a afirmar os seus méritos, permitindo até, pelo contrário, as revelações de novas facetas a aptidões na execução das missões que, não sendo propriamente de campanha, requeriam contudo uma afirmação de presença e vigilância em áreas extensíssimas e, simultaneamente em perfeita colaboração com as autoridades civis, uma intensa acção esclarecedora, tendente ao desenvolvimento do nível social das populações nativas. Da acção do seu comando resultou uma perfeita estruturação da organização militar da ZIL e a montagem de um eficiente serviço de informações militares, até então praticamente inexistentes naquela zona de intervenção. Esta organização apoiada num patrulhamento intensíssimo, permitiu o controle absoluto daquela região, o que mais tarde veio a revelar-se contributo de alto valor para a RMA numa altura em que a situação da ZIL, poderia tornar-se muito crítica em face da República do Congo. Liberto do Comando da Zona

em virtude da atribuição de novos meios, o BCaç 114 pode dedicar-se com mais afinco à sua própria ZA para, na altura oportuna, desmascarar e neutralizar uma tentativa de subversão montada pelo IN e cuja evolução estava seguindo.

O BCaç 114 revelou-se uma unidade de extraordinário poder de adaptação às situações e, muito especialmente pelo persistente trabalho realizado no sentido de prevenir quaisquer tentativas de subversão IN, deve ser apontado como exemplo a seguir e considerados relevantes os serviços que prestou ao Exército e à Nação em Angola. (O: S: Nº 43 de 24Mai63 do CMD da RMA) - Angola, junho 1963

Foi selado com sangue, suor e lágrimas... a passagem dos combatentes do BC114 por, na há época, Província de Angola nos anos de 1961/63.

Presto, nomeando-os sentida homenagem a todos os militares mortos e feridos em combate, por acidente ou por doença, pois todos eles estavam ao serviço de Portugal. Os militares que foram para África, nada tinham senão a coragem. E foi sempre a coragem, a valentia, demonstrada pelos soldados no campo de batalha, que permitiu honrar Portugal.

Portugal e os Portugueses, têm uma dívida de gratidão e não podem, não devem esquecer aqueles que, ao longo de quase nove séculos, em seu



nome combateram, e em seu nome morreram.

Combater é um acto de suprema cidadania. Nunca é demais recordá-lo (Excerto da alocução do Comandante Supremo das Forças Armadas, na Cidade da Guarda, em 10 de Junho de 2014).

Apresento, além da relação das baixas que o Batalhão sofreu, em todas as circunstâncias, entre junho de 1961 e 1963, o nome dos que pelo seu comportamento em Serviço, ou em Combate, foram alvo de citações e condecorações.



... alguns dos Portugueses que se distinguiram durante a guerra no Ultramar...

MORTOS EM COMBATE

CCAÇ. 115 - Fur Milº Certo Loureiro, Quanda Maú (15.07.61); 1Cabo, António J. Sousa, Quanda Maú (15.07.61); Sold, António C. Silva, Quanda Maú (15.07.61); Sold, Virgílio C. Marques, Quanda Maú (15.07.61); Sold, Manuel J. de Matos, Quanda Maú (15.07.61); Sold, Eduardo C. Fernandes, Quanda Maú (15.07.61); Sold, Jorge A. dos Anjos, Faz. Beira Baixa (15.09.61) e Sold, Joaquim F. de Bessa, Faz. Beira Baixa (15.09.61)

CCAÇ. 116 - 1º Cabo, Joaquim C. Cardoso, Quissacala (07.08.61); Sold, João Maria Amaro, Quissacala (07.08.61); Sold, Aníbal M. Santos, Quissacala (07.08.61); Sold, Albino S. Martins, Quipetelo (16.08.61) e Sold, Manuel L. Ferreira, Quipetelo (16.08.61).

CCAÇ.117 - Alf Milº José A. Barrilaro F. Ruas, Faz. Beira Baixa (29.09.61); Fur Milº Rui da Silveira Ramos, Faz. Beira Baixa (08.09.61) e Sold, Alberto Ribeiro Macedo, Faz. Beira Baixa (08.09.61).

MORTOS POR ACIDENTE

CCS - Sold, António J. Santos, Afogamento em Lumbala (10.10.62)

CCAÇ. 115 - Sold, José M. Reis, Acidente com arma de fogo, Quicabo (19.08.61)

CAÇ 116 - 1º Cabo, Victor M.P. Coelho, Acidente com arma de fogo, Balacende (09.12.61); 1º Cabo, Francisco Ramos, Acidente com arma de fogo, Balacende (06.01.62) e 1º Cabo, José Cunha, Eletrocussão, em Teixeira de Sousa (11.04.63).

CCAÇ 117 - Sold, Manuel J. A. Ferreira, Afogamento em Luanda (01.11.61)

MORTE POR DOENÇA NATURAL

CCAÇ 117 - Sold, Agostinho T. Sousa, no Luso (12.02.63)

FERIDOS EM COMBATE EVACUADOS PARA O HMP E NÃO RECUPERADOS

CCAÇ 115 - Sold, Fernando Carvalho (05.08.61); Sold 1006/60, António Manuel (26.09.61); Sold 1279/60, José Almeida (29.09.61); Fur Milº Norberto Martins (08.03.62) e 1º Cabo 1017/60, Manuel Mendes (23.05.62).

CCAÇ 116 - 1º Cabo, Fermiano N. Santos (12.08.61); Sold 1050/60 Joaquim Ramos (12.08.61) e (19.10.62 para o HMPDIC) e Sold, Alexandre P. Correia (24.08.61).

CCAÇ117 - Sold, Amílcar J. Isidoro (04.08.61); 1º Cabo, Belmiro A. Silva (12.08.61); 2º Sarg. Joaquim R. Silva (16.09.61); Sold, Adérito M. Azevedo (21.10.61); Sold, José A. S. Barbosa (16.12.61); Sold, António M. Campos (06.02.62); Sold, Manuel M. Ribeiro (05.05.62) e Sold, José A. Almeida (16.05.62).

CCAÇ 116 - 1º Cabo, Fermiano N. Santos (12.08.61); Sold, Joaquim Ramos (12.08.61) (evacuado em 19.10.62 para o HMPDIC) e Sold, Alexandre P. Correia (24.08.61).

CCAÇ117 - Sold, Amílcar J. Isidoro (04.08.61); 1º Cabo, Belmiro A. Silva (12.08.61); 2º Sarg. Joaquim R. Silva (16.09.61); Sold, Adérito M. Azevedo (21.10.61); Sold, José A. S. Barbosa (16.12.61); Sold, António M. Campos (06.02.62); Sold, Manuel M. Ribeiro (05.05.62) e Sold, José A. Almeida (16.05.62).

FERIDOS EVACUADOS PARA O HMP E RECUPERADOS

CCAÇ 115 - Sold, António Aguiar (18.08.61) e recuperado em 16.11.61; 1º Cabo, Manuel Rodrigues 14.10.61) e recuperado em 10.06.62.

CCAÇ 116 - Sold, José C.J. Góis (12.08.61) e recuperado em 10.06.62.

FERIDOS EVACUADOS PARA O POSTO DE SOCORROS DO BATALHÃO, DO COMANDO DO SETOR OU HOSPITAL MILITAR DE LUANDA E RECUPERADOS

CCS114 - 2º Sarg. Manuel C. Valente (15.07.61); 1º Cabo, José G. Bento (15.07.61); 1º Cabo, Manuel M. Mouros (15.07.61) e Sold, José Bento R. Gomes 27.07.61).

CCAÇ115 - 1º Cabo, Mário Simões Duarte (15.07.61); Sold, Mário Mendes Felício (15.07.61); Sold, António C. Soares (15.07.61); Sold, Aretino S. R. Moura (15.07.61); Sold, Durval Prata Ferreira (15.07.61); Sold, Carlos F. F. Pires (15.07.61); Sold, João Cardoso Pinto (15.07.61); Sold, José Ferreira S. Novo (27.07.61); Sold, Manuel F. de Almeida (15.09.61); Sold, Luís Cardoso (15.09.61); Sold, José Alves Fernandes (15.09.61); Sold, César Augusto Correia (15.09.61); Sold, António Macedo Morais (15.09.61); Sold, Augusto dos Santos (15.09.61); Sold, Adelino Alberto (15.09.61) e Sold, Paulo J. Almeida (15.09.61).

CCAÇ116 - Alf Milº, António C.F. Silva (07.08.61); Fur. Milº, José R.F. Nóbrega (07.08.61); Sold, Joaquim R. P. Adro (07.08.61); Sold, Jorge M. Andrade (11.08.61); Sold, Cristiano T. Braz (11.08.61) e Sold, Carlos M. Almeida (11.08.61).

CCAÇ117 - Sold, Américo S. Moreira (15.07.61); Sold, Silvério G. P. Félix (19.07.61); Sold, José Ventura M. Sousa (27.07.61); 2º Sarg. José Cabral (15.09.61); 1º Cabo, Arlindo M. S. Ribeiro (15.09.61); Sold, António F. Francisco (15.09.61); Sold, Ramiro Pinto Ferreira (27.11.61); Sold, Joaquim S. Macedo (27.11.61) e Sold, Fernando E. M. Ferreira (14.02.62).

Compreendendo os elementos das companhias adidas, teve o Batalhão 114, 36 mortos em combate e 96 feridos.

CONDECORAÇÕES ATRIBUÍDAS - BATALHÃO 114

Medalha de Prata de Valor Militar com Palma: Alf Milº, José António Barrilaro Ruas (a título póstumo).

Medalha de Cobre de Valor Militar com Palma: 1º Cabo, Durval Prata Fialho e Sold, Carlos Francisco Fragoso Pires.

Cruz de Guerra de 2ª Classe: Fur Teófilo da Conceição Teixeira (promovido a furriel por distinção após combate de 15.07.61) e Sold, Adriano Luís da Silva.

Cruz de Guerra de 3ª classe: Ten de Infantaria, António Cipriano Pinto; 2º Sarg Sapador, Manuel Cordeiro Valente; 1º Cabo, José Guerreiro Bento; 1º Cabo Sapador, Manuel Raposo Mata Mouros e Sold, Manuel Joaquim Carrazedo.

Cruz de Guerra de 4ª classe: Sold, Fernando Vieira de Almeida.

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma: TCor, Henrique de Oliveira Rodrigues e Cap, Mário Lemos Pires

Medalha de Mérito Militar de 3ª Classe: Cap, Fernando Hugo F. B. Velasco; Cap, Alípio Emílio Tomé Falcão e Alf Milº Médico, Fernando Eduardo F. Reis Lima.

«Todos os militares do BC114, foram valentes, porque disseram sim, quando a Nação os convocou para a guerra... que não queriam, mas a que não se negaram quando Portugal os convocou.

E, é o que resta na minha memória... Então da memória do nosso Império, o que devemos guardar? A Memória, porque não há Nação sem Sonho e sem Memória». António Barrento, General, Chefe do Estado Maior do Exército 

BASE AÉREA N.º 6 - 65 ANOS DE MEMÓRIAS, 1953-2018



Miguel Machado
www.operacional.pt

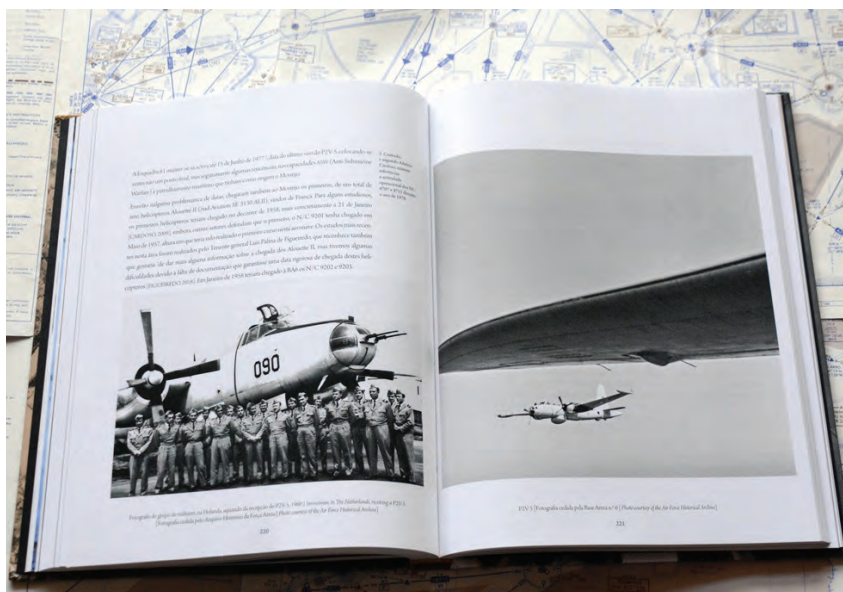
Numa altura em que o destino da Base Aérea N.º 6 ainda não estará completamente definido, acaba de ser lançada esta obra sobre a sua história e do anterior Centro de Aviação Naval, na península do Montijo, onde foi construída esta infraestrutura aeronáutica, uma das mais importantes de Portugal e durante anos até com relevância para a NATO.

O leitor vai tomar contacto não só com os fundamentados textos de Pedro Ventura como com abundante documentação obtida em minuciosa investigação nos arquivos nacionais e muitas fotografias de excelente qualidade.

Muito oportuna esta obra, um trabalho de investigação que nos mostra aspetos pouco conhecidos ou mesmo inéditos, do caminho percorrido para se chegar à construção do Centro de Aviação Naval de Lisboa, no Montijo, posterior transferência para a Força Aérea Portuguesa e a vida desta unidade até aos dias de hoje.

Não sabemos o que ali se irá passar, mas uma coisa é certa, este trabalho do Capitão Pedro Gonçalves Ventura, numa edição da Base Aérea n.º 6, publicado pela By The Book, irá perpetuar a história militar das unidades da Marinha e da Força Aérea que ali estiveram localizadas. Antes da "ocupação militar", do Paleolítico ao início do século XX, trata o primeiro capítulo da obra, integralmente dedicado ao que na Península do Montijo se sabe comprovadamente que existiu e mesmo o que esteve previsto e nunca veio a acontecer, como o "Porto Comercial para o Ribatejo".

O trabalho de Pedro Ventura é um documento único para os interessados na temática ligada à Defesa Nacional e às Forças Armadas, sobretudo aos apaixonados pela Aviação Naval e pela Força Aérea Portuguesa (FAP). Aqui fica a his-



tória destas duas componentes da "aviação militar portuguesa" na Península do Montijo, sobretudo a FAP como é natural porque se estende até aos nossos dias.

O leitor vai tomar contacto não só com os fundamentados textos de Pedro Ventura como com abundante documentação obtida em minuciosa investigação nos arquivos nacionais, dezenas de desenhos, projetos, plantas da mesma origem, e ainda um enorme conjunto de fotografias, a maioria de excelente qualidade. Os aspetos gráficos do livro foram muito cuidados, o design é atraente, estamos perante um livro que se lê com interesse e é um prazer vê-lo!

O Prefácio é assinado pelo Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República entre 1996 e 2006, o General Manuel Teixeira Rolo, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (2016-2019), escreve a Nota de Abertura e o Coronel PILAV Hélder Martins Rebelo, comandante da BA 6, uma Mensagem. Além do que se pode ver no Índice da obra, o livro que tem um cariz institucional inclui ainda páginas dedicadas à heráldica, nomeadamente o "Brasão da Unidade", "Estandarte da Unidade" e "Brasão de Armas do Comandante".

Ainda de salientar o curioso "Logotipo comemorativo do 65.º aniversário da BA 6" da autoria de Miguel Garrana Amaral. Para os que além dos aviões também se interessam pelas viaturas da Força

Aérea, a última página da obra inclui um mosaico com fotos de 16 viaturas que podemos classificar de "veículos militares históricos".

O formato é 19,7 x 26 cm, capa dura, 320 páginas profusamente ilustradas com mais de 150 fotos a preto-e-branco e a cores.

Sendo uma edição da própria Base Aérea pode, no entanto, ser adquirido pelos interessados, pelo preço de 20€, numa das seguintes modalidades: na Tesouraria da Base Aérea n.º 6; contactando por e-mail, solicitando a reserva de um exemplar através do Gabinete do Comando da BA6 (ba6_cmd_gabcmd@emfa.pt).



Presidente da Liga dos Combatentes condecorado pela FMAC

Em 21 de janeiro, nas instalações da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), e com a presença do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, e Secretária de Estado da Defesa Nacional, foram condecorados pelo Presidente da FMAC (Federação Mundial de Antigos Combatentes), Dan-Viggo Bergtun, o Presidente da Liga dos Combatentes, General Joaquim Chito Rodrigues e o Presidente da ADFA, Comendador José Arruda. As condecorações foram atribuídas no âmbito do programa das celebrações do 45º Aniversário da ADFA, com intervenções do Presidente da Direção Nacional, do Presidente da FMAC e do Ministro da Defesa Nacional, com atribuição de medalhas da Federação aos presidentes da ADFA e da Liga dos Combatentes.

As medalhas da Federação atribuídas aos presidentes da Liga dos Combatentes e da ADFA - **MEDALHÃO DE HONRA DA FMAC** - tiveram fundamento na sua contribuição nos assuntos da FMAC relacionados com os Antigos Combatentes, e



premeiam o trabalho e os esforços das Associações de Combatentes, no apoio aos veteranos e vítimas de guerra em prol da Segurança, da Paz Internacional e do

bem-estar dos seus associados.

A 29ª Assembleia-geral do Congresso Mundial da WORLD VETERANS FEDERATION será realizada em Paris. 

Em 20 de janeiro, o Presidente da FMAC, Dan Viggo Bergtun, da Noruega, e o seu assessor, David Hasselberg da Dinamarca, visitaram o Museu do Combatente e o Forte do Bom Sucesso acedendo ao convite que lhes foi dirigido pelo General Joaquim Chito Rodrigues.

Foram recebidos pelo Presidente da Direção Central e pelo vogal Capitão-de-mar-e-guerra Filipe Macedo. A visita teve início com uma explicação da história do local que envolve o Forte e a Torre de Belém (séc. XV), partida do rei D. João IV para o Brasil para não ser preso pelas tropas de Napoleão durante as invasões Francesas (séc. XIX) e o Monumento de Homenagem aos Mortos do Ultramar (séc. XX).

Visitaram depois as lápides com os nomes dos dez mil soldados que morreram no Ultramar, a Capela e o Memorial dos Combatentes, com o túmulo do Soldado Desconhecido, passando depois, para o interior do Forte, onde visitaram a



Exposição “A Trincheira” e as exposições temporárias que ali se encontram – Exposição do Centenário da Grande Guerra e Exposição do envolvimento das tropas

portuguesas nas Operações de Paz e Humanitárias. Seguiram depois para o gabinete do Presidente da Liga dos Combatentes, onde assinaram o Livro de Honra. 

O PRIMEIRO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA COM RECURSO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.



O sucesso da reabilitação auditiva assenta na audilogia e na tecnologia. Na Widex orgulhamo-nos de ter, há mais de 30 anos, uma equipa de audiologistas qualificados e experientes. Esta equipa beneficia hoje em dia de uma tecnologia mais evoluída e extremamente inteligente: **O primeiro programa** de reabilitação auditiva com recurso a **inteligência artificial**.

CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA ASSOCIADOS DA LIGA DOS COMBATENTES:

- CONSULTA DE AVALIAÇÃO AUDITIVA GRATUITA
- GARANTIA DE SATISFAÇÃO DE 90 DIAS *
- REEMBOLSO 100% GARANTIDO *
- 20% DESCONTO EM REABILITAÇÃO AUDITIVA **
- OFERTA DE PILHAS DURANTE 5 ANOS E DE SEGURO DURANTE 4 ANOS **

Nº verde gratuito

 **800 200 343**

(Dias úteis das 9h00 às 18h00)

www.widex.pt

Consulte sempre o seu médico.



WIDEX
ESPECIALISTAS
EM AUDIÇÃO

* Consulte as condições no seu centro Widex.

** Oferta de serviços varia consoante o modelo dos aparelhos auditivos.
Não acumulável com outras campanhas, acordos e protocolos em vigor.

A Identidade e o Império da Alma

Escrever subordinado ao tema “*Identidade*” é um desafio ao mesmo tempo aliciante e complexo. Vários são os caminhos possíveis. Ao conceito matemático, do direito ou da “*Identidade das Coisas*”, preferimos dar prioridade ao conceito de “*Identidade*” que englobe a atividade racional do espírito. A “*Identidade Individual*”, a “*Identidade Institucional*” ou a “*Identidade Nacional*”.

É um facto que fatores aglutinadores podem, a partir de uma diversificada e plural identidade individual, criar Identidades Institucionais, e mesmo dar origem a uma Identidade Nacional.

A Identidade Individual caracteriza o Homem como pessoa, como personalidade inteligente e livre. Os atributos que nessa natureza humana se encontram, e só nela, distinguindo-a de todas as outras criações, são a consciência, a razão e a liberdade.¹ Pela consciência o Homem toma conhecimento do mundo sensível. Pela razão, compreende a vida e compreende-se a si mesmo. Pela liberdade, o Homem tem o poder de se modificar e aperfeiçoar, isto é, influenciar e ser influenciado pelo meio, sentindo assim diversamente os efeitos produzidos por uma mesma causa. E se o carácter individual é aperfeiçoável, também a nossa maneira de ser coletiva e de estar no mundo o será.

O Carácter ou Identidade Nacional será a resultante das idiossincrasias individuais, ou seja, a forma de reagir coletiva, a “psicologia do povo”, o conjunto de traços dominantes da população “homogénea” designada por portugueses.

Mas quando se trata de identificar a “personalidade base” do povo português, a dificuldade surge, mas as opiniões de certo modo convergem. “O bom português é várias pessoas” dizia Fernando Pessoa: “Não me sinto tão portuguesmente eu como quando me sinto diferente de mim”. Uma diversidade na unidade geradora de adaptabilidade e

instabilidade do português. Esta síntese vê-se confirmada por Keyserling² ao afirmar “a multiplicidade do português alberga ao mesmo tempo tese e síntese”.

Por outro, lado Jaime Cortesão³ afirma que quando buscamos os elementos primordiais de uma tradição portuguesa, encontramos com três virtudes básicas: a hombridade, a inquietação e a plasticidade amorável.

Nesta forma da unidade na diversidade dos portugueses importa referir que nem sempre as nações, e para Almada Negreiros⁴ nunca, se apresentam como conjunto etno-psicologicamente homogéneo e daí o falar-se de Carácter Nacional e Caracteres Regionais. Se é verdade que “a civilização portuguesa depende das civilizações ibéricas, greco-latina, ocidental-europeia, europeia e universal, não é menos verdade que ainda os caracteres regionais nos permitem distinguir o português do norte do português do sul, o açoriano, o madeirense” Interpretações pessimistas surgem também como a de Almeida Faria⁵ e outros, que sintetiza as qualidades do povo português a quem classifica de “povo desempregado desde Vasco da Gama, chegando de novo ao inultrapassável cabo Não”.

Diremos nós que quando os fatores de coesão são suficientemente fortes que levam algumas identidades individuais desse povo, a jurarem perante a Bandeira Nacional que “darão a vida se necessário for em defesa da Pátria”, dá-se origem a uma Identidade Institucional conhecida por Forças Armadas, com as suas diferentes componentes e que surge a partir de uma Identidade Individual denominada: - Soldado.

Se a estes soldados for dada a oportunidade política última de terem que se bater de armas na mão, na defesa dos interesses e valores superiores do país, o Soldado assume uma outra identidade, a que o povo de que é originário ficará



reconhecido para sempre: - a Identidade de Combatente. E a Identidade de Combatente é ainda mais forte do que Identidade de Soldado. Foram esses Combatentes que levaram Mouzinho de Albuquerque a afirmar que “Portugal é obra de Soldados”. E se, como diz Eduardo Lourenço, “Portugal é a única coisa que une os portugueses” foram e são os seus soldados o seu verdadeiro cimento aglutinador e os últimos sentinelas. Foi assim em Ourique e Salado. Aljubarrota e Atoleiros. Restauração e Guerra Peninsular, Grande Guerra e Guerra do Ultramar. Foi assim quando Portugal deu “novos mundos ao mundo”. Criou e perdeu Impérios. Ganhou e modificou a sua identidade ao longo dos séculos. De país “à beira mar plantado” a Império das Índias, a Império do Brasil, a Império Africano e finalmente no regresso às suas origens, as fronteiras de D. Diniz, mas que continuou sendo Portugal. Agora com outra dimensão geográfica identitária, mas com idêntica dimensão humana, espalhada a nível global, num verdadeiro Império da Alma.

Império da Alma Portuguesa que vive e respira no Canadá, na América do Norte e América do Sul, na Europa, em África, na Ásia e na Oceania, constituindo uma rede de portugalidade e amor a Portugal

sem limites. Ao longo dos séculos muitos deles foram Combatentes, construtores do Portugal de então. A maior parte regressava. Como regressou a maior parte dos que no século XX se bateram na África e na Flandres, bem como os que se bateram nos meados do mesmo século, em Angola, Moçambique e Guiné. Em qualquer das circunstâncias, sem o reconhecimento merecido da retaguarda política pelo esforço, determinação e coragem despendidos. E é a especificidade identitária do Homem Combatente que acaba por reunir condições e saber, ao sentir a necessidade de criação de uma nova Identidade Institucional, capaz de promover os valores superiores do país por que se bateu e de garantir a prática da solidariedade e o apoio mútuo para com os stressados, gaseados, mutilados, doentes físicos, mentais e sociais regressados da Guerra. Nasce assim a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, hoje Liga dos Combatentes, a que tenho a Honra de presidir. Esta Identidade que há um século vem lutando pelo reconhecimento dos poderes públicos, arrancando do anonimato e abandono os que por sua determinação serviram o país, em situação de conflito aberto. E se hoje se pressente o reconhecimento público e

do Portugal profundo por esses homens, falta ainda muito esforço para que a prática da solidariedade para com aqueles a quem a vida não sorriu e necessitam de apoio à saúde e apoio social, sem esquecer os que sofrem de stress pós-traumático de guerra e os sem-abrigo, seja uma realidade efetiva. Importa garantir-lhes qualidade de vida que lhes permita viver com orgulho a Identidade de Combatente.

Eles são parte dessa Identidade Nacional resultante das características muito próprias da Identidade Individual dos portugueses e portuguesas e daquilo que têm sido capazes de construir ao longo de séculos.

Hoje, o conceito de herói, como outros, caiu na rua, chegando deturpado a diferentes patamares da vida. Os que tiveram que fazer e sofrer a guerra sabem o que é defender a Identidade Nacional e onde se encontra o verdadeiro heroísmo. E acreditamos que a Pátria tem idêntico conceito identitário. Pátria que segundo Miguel Torga é “um pedaço de terra defendido”, vê ainda alargados os seus horizontes a esse verdadeiro Império da Alma que do Portugal geográfico de hoje se alarga às comunidades portuguesas que dos cinco continentes nos contemplam infundindo confiança e perenidade.

Hoje, a nossa Identidade deverá passar por esse verdadeiro Império da Alma. Contrariamos assim o que Miguel Torga, no seu Diário, afirma, dizendo que “cada português se pudesse, seria um habitante exclusivo de Portugal” e “onde o nosso velho complexo de inferioridade não para de roer-nos. E temos de ser grandes em tudo porque nos sentimos pequenos em tudo”.

Numa época em que regressámos à Europa, depois de termos sido os primeiros a levá-la ao mundo e os últimos a regressar a ela, evoluímos na nossa Identidade, caldeados por centenas de anos de influência branca, amarela e negra e somos hoje povo complexo, diversificado e por isso rico e único que deverá aproveitar as suas características positivas, precavendo as suas vulnerabilidades.

Povo com extraordinário património espiritual, generosidade e espírito de sacrifício, saúde moral, capacidade de adaptação e de improvisação, vivacidade de espírito e instabilidade emocional. Aves-

so à disciplina e organização, marcada-mente individualista. Avesso a ações persistentes, mas capaz de grandes rasgos, o povo português apresenta hoje razoável grau de instrução, elevado grau de rusticidade e resignação, mas aberto à aventura, vê hoje a sua juventude aberta ao conhecimento.

São estes valores, positivos e negativos, que acompanham os cidadãos portugueses por todo o mundo, que moldam o Sistema Cultural Português e caracterizam a Identidade Nacional. Deverão eles ser parte informadora do Sistema Educativo e deverão eles ser postos ao serviço do Interesse Nacional. Seja qual for o lugar em que os portugueses os revelem.

Um dos objetivos estratégicos a atingir a nível nacional será, pois, colocar o diversificado potencial humano em valores e meios materiais espalhados pelo mundo, ao serviço do Interesse Nacional.

Se hoje Portugal é um país geograficamente pequeno que volta a estar “à beira mar plantado” ele tem, porém, uma dimensão humana, estrategicamente colocada, de horizonte global.

O Império das Alma existe. É real e deve ser sistematicamente apoiado, politicamente organizado e considerado como um importante Fator do Potencial Estratégico Nacional e parte integrante da Identidade Nacional. Só uma Identidade Nacional forte garantirá uma Portugalidade forte.

Termino, porém, como poderia ter começado e então teria escrito outro tipo de intervenção. Será que existe hoje uma crise da Identidade Nacional? Da Soberania? Da Democracia? Das Forças Armadas e da forma como é prestado o serviço militar? Dos valores predominantes? Existe uma crise de Identidade da União Europeia? As crises internacionais deram origem a conflitos armados e ameaçam a segurança internacional? As respostas são afirmativas. Merecem, portanto, uma profunda reflexão nacional.🇵🇹

¹ Abel de Castro, Filosofia, pág. 13

² Analyse Spectrale de L' Europe, Paris 1965, pág. 230

³ Humanismo Universalista dos Portugueses, P. Editora

⁴ De Ensaios, Ed. Estampa

⁵ Em Lusitânia, pág. 164

Humanizar os cuidados de saúde....

Num momento tão importante de discussão da nova Lei de Bases da Saúde no sentido de definir os princípios da política de saúde em Portugal é importante participar e incentivar à participação de todos. Um dos princípios centrais do Sistema de Saúde é o de garantir igualdade de acesso de todos os cidadãos aos “melhores” cuidados de saúde, independentemente da condição socioeconómica, do tipo de doença ou da região onde a pessoa vive.

Neste sentido não podem ser esquecidas algumas reflexões importantes do Parlamento Europeu da Saúde para uma maior participação pública na prática concreta para o futuro da saúde, nomeadamente uma das suas principais recomendações: “as consultas devem ser mais longas e os doentes e famílias devem ser encorajados a darem opinião sobre o que fazer para melhorar a sua saúde”.

É certo que a população portuguesa está a envelhecer, surgindo doenças e incapacidades características desta fase da idade mais avançada. Algumas doenças não se curam, permanecem, alivia-se a dor, aprende-se a viver com a doença e incapacidades decorrentes, outras doenças tratam-se, e outras podem ser prevenidas e dependem dos comportamentos saudáveis que são adotados e praticados por cada pessoa. Este diagnóstico está feito há bastante tempo, mas a mudança necessária no Sistema, nas Instituições e nas Pessoas tem sido lenta.

Outra das recomendações importantes faz apelo para que o Sistema tenha que dar resposta às novas necessidades da população e que o primeiro passo a dar neste longo caminho é colocar o utente/cidadão/doente no centro da decisão. Para conseguirmos ter sucesso neste caminho temos que repensar e inverter o paradigma: em vez de dizermos ao cidadão/doente/utente o que ele necessita de fazer, poderá ser mais adequado

perguntarmos o que ele deseja e é capaz de fazer. Na generalidade, todos os especialistas em saúde são unânimes sobre a urgência em dar um papel mais ativo ao cidadão. “A melhoria da qualidade da prestação de cuidados, a redução de custos e a criação de valor são os pressupostos onde assenta a tentativa de colocar o doente no centro da decisão”. A própria Organização Mundial da Saúde tem sugerido esta prática.

Assegurar uma participação mais ativa do cidadão/doente/utente na gestão da sua saúde, redefinir o modelo de cuidados considerando o conhecimento e as experiências do doente e criar um ambiente favorável à participação dos doentes e suas famílias, parece ser o desafio. É um facto, que ninguém melhor do que o doente sabe como tem sido tratado e como pode cuidar de si, da sua saúde, para não ficar doente. Em situações onde os doentes têm uma participação ativa e informada tem-se conseguido alcançar melhores resultados.

O Presidente do Conselho Nacional para a Qualidade em Saúde, refere que a tradução prática destes princípios é fácil de exemplificar. “Deve ser permitido ao

os médicos possam escutar e informar de forma adequada, assegurar a possibilidade de os doentes contactarem as instituições para esclarecer dúvidas e monitorizar as queixas e valorizá-las nos processos de tomada de decisão. E mudando a forma como o doente é tratado neste plano, mudará quem o trata: os profissionais e as próprias instituições. Neste aspeto, a formação e informação com vista a promover uma maior participação dos doentes e suas famílias na decisão é essencial. Dar voz e “poder” aos utentes, numa visão de maior pró-atividade, transformando o doente num parceiro beneficiário de cuidados e responsável pelo seu autocuidado, não esquecendo o papel da família.

Outros especialistas em saúde reconhecem a importância de melhorar a relação médico-doente, dando mais espaço de intervenção aos doentes e assim contribuir para a redução de atos desnecessários, erros de diagnóstico, polime-dicação, etc., em especial para os doentes crónicos que por vezes são tratados de forma fragmentada e episódica quando descompensam através das Urgências, sendo que se deve integrar os cuidados,

atuar de forma preventiva e proativa e garantir a continuidade dos cuidados.

Se quisermos realmente dar centralidade aos doentes é preciso, por exemplo, que “a Rede de Cuidados Continuados seja realmente de Cuidados Integrados: a Saúde e a Assistência social devem ser pensados juntos desde o topo”.

O nosso Sistema Nacional de Saúde (SNS) tem evoluído bastante desde a sua fundação e têm sido variados os passos e

evoluções que sustentam o SNS, desde o aparecimento dos Centros de Saúde até às atuais Unidades de Saúde Familiar, do foco na Saúde Pública, nas campanhas integradas para o país e na prevenção por oposição ao tratamento.

Mas é hoje reconhecido que qualquer sistema de saúde só pode ser bem-sucedido se a pessoa à qual se deve prestar serviços e cuidados estiver no seu centro; porque a pessoa/doente tem direito a decidir sobre os cuidados que lhe são prestados.

Outro aspeto essencial é chegarmos a uma verdadeira humanização dos serviços. Na verdade, um sistema de saúde lida com o direito à vida e o direito à integridade física. O primeiro é o sustentáculo de todos os outros. Mais do que “o doente no centro da decisão” poderemos analisar “o doente centro da decisão”, e pensar-se que por detrás da doença existe uma pessoa com uma personalidade e vivências e experiências de vida. É necessário que os profissionais de saúde tenham capacidade e competência para saber ouvir, compreender e saber

identificar as suas necessidades, saber comunicar e assegurar-se que a pessoa/doente compreendeu. O doente nunca deverá ser alienado de qualquer decisão que envolva a sua saúde. Qualquer intervenção diagnóstica, terapêutica, médica ou cirúrgica, psicológica, de reabilitação ou integração social, deve ser devidamente partilhada com o doente, devendo ser este a ter a última palavra na decisão, preservando sempre o princípio da autonomia enquanto doente e cidadão, a sua vontade deve prevalecer.

O modelo paternalista do passado, no qual o profissional de saúde “mandava” e o doente cumpria, centrado essencialmente no médico, está a ser ultrapassado. Com a globalização e as novas tecnologias, com a universalização do acesso a informação e com um modelo de escolaridade obrigatória universal, devemos estar todos capacitados para decidir sobre o nosso futuro enquanto doentes ou pessoas saudáveis, de uma forma informada e consciente. O nosso SNS tem um contributo fundamental ao longo

de mais de 40 anos e, apesar das suas extremas carências económicas, humanas e materiais, consegue dar resposta à grande parte das queixas e das doenças. Mas, persistem no país desequilíbrios consideráveis no acesso a determinados cuidados de saúde, sendo este cenário particularmente relevante no que concerne à Rede Nacional de Apoio (RNA) para acompanhar os militares com perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar, com as fragilidades e dificuldades de dar resposta nacional integrando os cuidados de saúde e o apoio social de proximidade aos antigos combatentes da Guerra do Ultramar e seus familiares e aos novos combatentes das missões de paz e humanitárias que serviram as Forças Armadas e o País em situações particularmente difíceis.

Para humanizar os cuidados de saúde e colocar o cidadão/doente/utente no centro do serviço público de saúde é determinante adequar as respostas às necessidades dos cidadãos. ■

Doutor António Correia, Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde e Intervenção Comunitária. Coordenador do CEAMPS

Centro de Estudos e Apoio Médico, Psicológico e Social (CEAMPS)

Estrutura da Rede de Centros de Apoio Médico, Psicológico e Social (CAMPS)

Coordenação Técnica Nacional: 213 425 151 - 918 938 071 ceamps@ligacombatentes.org.pt

CAMPS 1 – Lisboa e Vale do Tejo

Rua João Pereira da Rosa, 18
1249-032 – Lisboa
Tel.: 211337475 - 918938072/3
campslisboa@ligacombatentes.org.pt

CAMPS 2 – Sul e Algarve

Avenida José da Costa Mealha, 150
8100-501 - Núcleo de Loulé
Tel.: 289413726 - 961745020/916311365
campsloule@ligacombatentes.org.pt

CAMPS 3 – Norte

Rua da Alegria, 39
4000-041 – Núcleo do Porto
Tel.: 222006101 - 932220061
campsporto@ligacombatentes.org.pt

CAMPS 4 – Centro

Rua da Sofia, 136
3000-389 – Núcleo de Coimbra
Tel.: 239821209 - 913529196/913531574
campsc Coimbra@ligacombatentes.org.pt

CAMPS 5 – Norte Interior

Rua Terreiro de Cavalaria nº 2
5400-193 - Núcleo de Chaves
Tel.: 276351399 - 960469889/910270496
campschaves@ligacombatentes.org.pt

CAMPS 6 – Alentejo

Rua dos Penedos, 10
7000-531 - Núcleo de Évora
Tel.: 266708682 - 962812460
campsevara@ligacombatentes.org.pt

CAMPS 7 – Beja

Bairro Residencial da Força Aérea Portuguesa
Bloco, A-8, 1º Dtº. - 7800-339-BEJA
campsbeja@ligacombatentes.org.pt
Tel.: 284322320 - 963086409/967662961

CAMPS 8 – Beira Interior

Rua Pedro Álvares Cabral, Edif. Multisus
Sala 1 - 6250-086 Núcleo de Belmonte
camps.beirainterior@ligacombatentes.org.pt
Tlm 913534258 - 967662977

GAMPS – Terceira

Largo da Boa Nova
9700-031 - Núcleo de Angra do Heroísmo
Tel.: 295212277

GAMPS – Funchal

Casa do Combatente
Beco do Paiol, 32-A
São Pedro 9000-198 Funchal
Tel.: 291756 391

Há 10 anos ao serviço dos Combatentes e famílias. 13.684 atos médicos praticados em 2018.

Proposta da Liga dos Combatentes para
revisão da Lei 3/2009

Projeto de Lei do Reconhecimento
e da Solidariedade aos Antigos Combatentes

Preâmbulo

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Portugal, no período antes de 25 de abril de 1974, foi um Estado constituído por diferentes territórios na Europa, em África, na Ásia e na Oceânia.

A salvaguarda da Segurança e do Bem-estar dos portugueses residentes em diversos destes territórios obrigou, a juventude da altura, a grandes sacrifícios, pois muitos foram mobilizados para o Ultramar Português, cumprindo serviço militar em cenário de guerra. A guerra marcou milhares de jovens portugueses, tendo muitos nela sacrificado a própria vida. Outros regressaram com sequelas físicas, psicológicas ou ambas. Todos os mobilizados tiveram a sua juventude, formação académica, formação profissional e vida familiar afetada.

O cumprimento de um dever pela Pátria alterou as suas vidas e as dos seus familiares, sendo-lhes devido o reconhecimento e praticada a solidariedade, em consideração pela generosidade com que serviram Portugal. A lei nº 9/2002 de 11 de fevereiro tentou, tardiamente, manifestar-lhes algum reconhecimento e solidariedade, em particular:

- Aos portugueses combatentes que foram mobilizados, entre 1961 e 1975, para os territórios de Angola, Guiné e Moçambique;
- Aos militares aprisionados ou capturados em combate durante as operações militares que ocorreram no Estado da Índia aquando da invasão deste território por forças da União Indiana ou que se encontrassem nesse território por ocasião desse evento;
- Aos militares que se encontrassem no território de Timor Leste entre o dia 25 de abril de 1974 e a saída das Forças Armadas Portuguesas desse território e,
- Aos militares oriundos do recrutamento local nas mesmas condições.

Os apoios aos antigos combatentes, até agora considerados possíveis, encontram-se plasmados em diversas leis, nomeadamente, do ponto de vista pecuniário, na Lei nº 9/2002, de 11 de fevereiro, na Lei nº 21/2004, de 5 de junho, no Decreto-Lei nº 160/2004, de 2 de julho e na Lei 3/2009. A mencionada legislação reconheceu aos antigos combatentes que, em campanha, cumpriram o serviço militar em condições especiais de dificuldade ou perigo, em alguns territórios do ultramar, entre 1961 e 1975, o direito a serem contemplados por benefícios em função do tempo de serviço prestado.

A última legislação aprovada - Lei nº 3/2009, de 13 de janeiro - sobre esta matéria, veio, por fim, regular os efeitos dos períodos de prestação de serviço militar dos antigos combatentes para atribuição dos benefícios previstos na legislação já referida. No entanto, a Lei nº 3/2009 alterou a Lei 9/2002 em diversos aspetos, revogou, também, o Decreto-lei nº 160/2004 de 2 de julho, e impôs limites entre 75 e 150 euros anuais ao Acréscimo Vitalício de Pensão que vinha sendo abonado, há vários anos. Estas alterações, ao fim de muitos anos de atribuição de outros valores pecuniários mais favoráveis, provocaram um descontentamento generalizado nos combatentes.

Atualmente o Complemento Especial de Pensão, o Acréscimo Vitalício de Pensão e o Suplemento Especial de Pensão, destinados a universos de beneficiários diferentes, constituem apoios que não compensam os que o recebem e não elevam o Estado Português, devido aos exíguos montantes da sua única prestação anual.

Passaram mais de quinze anos sobre a Lei nº 9/2002, de 11 de fevereiro fazendo todo o sentido atualizar alguns dos benefícios atribuídos aos combatentes ou viúvas, em particular numa altura em que estarão com mais idade e menos saúde, portanto mais carenciados de reconhecimento e solidariedade. Neste âmbito é, também, de justiça reconhecer o trabalho, ao serviço do país e dos seus membros, por parte da Liga dos Combatentes, instituição secular a quem deve ser reconhecida a liderança do movimento associativo, bem como a promoção da história, da cultura, do apoio social e do apoio à saúde, de acordo com o seu estatuto e com a sua equiparação a Instituição Particular de Solidariedade Social.

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Artigo 1º.
Objeto

A presente Lei consolida o Reconhecimento e Solidariedade aos antigos combatentes que, no cumprimento de um dever pela Pátria, cumpriram, em campanha, o serviço militar em condições especiais de dificuldade ou perigo.

Artigo 2º.
Âmbito de aplicação

O disposto na presente Lei aplica-se aos combatentes referidos no artigo 2.º da Lei nº 3/2009, de 13 de janeiro.

CAPÍTULO II
Deveres, direitos e benefícios

Artigo 3º.
Deveres

Os antigos combatentes constituem um exemplo de cidadãos que abnegadamente serviram a Pátria e estiveram ao serviço do bem comum e têm, entre outros, os seguintes deveres:

- a) Comprovar a sua identidade e situação, quando solicitado pelas autoridades competentes;
- b) Participar em ações cívicas e pedagógicas em prol da promoção da História de Portugal e dos valores superiores da Pátria;
- c) Praticar a solidariedade.

Artigo 4º.
Direitos e benefícios

1 - Os antigos combatentes têm direito a:

- a) Reconhecimento público, nas cerimónias e atos oficiais;
- b) Isenção do pagamento de taxa moderadora nas instituições do serviço nacional de saúde;
- c) Entrada livre nos museus tutelados pelo Estado;
- d) Apoio médico e medicamentoso total em

doenças raras e crónicas;

- e) Redução de 75% nas tarifas dos transportes coletivos de passageiros, em empresas públicas.
- f) Proteção jurídica nas modalidades de consulta jurídica e apoio judiciário gratuito em assuntos relacionados com a sua prestação às Forças Armadas Portuguesas.

2 - Para reconhecimento dos benefícios referidos no nº. 1, além de outras formas que venham a ser regulamentadas, é suficiente o Cartão de Sócio Combatente da Liga dos Combatentes.

Artigo 5º.
Complemento especial de pensão

A percentagem do montante do Complemento especial de pensão previsto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei 3/2009 de 13 de janeiro passa a ser de 7,0% do valor da pensão social.

Artigo 6º.
Suplemento especial de pensão

O montante anual do Suplemento especial de pensão, previsto no n.º4 do artigo 8.º da Lei 3/2009 de 13 de janeiro é atribuído de acordo com os seguintes critérios:

- a) 50% do Salário mínimo nacional aos combatentes que detenham uma bonificação de tempo de serviço até 11 meses;
- b) 75% do Salário mínimo nacional aos combatentes que detenham uma bonificação de tempo de serviço entre 12 e 23 meses;
- c) 100% do Salário mínimo nacional aos combatentes que detenham uma bonificação de tempo de serviço igual ou superior a 24 meses.

Artigo 7º.
Acréscimo vitalício de pensão

O valor anual do acréscimo vitalício de pensão tem por limite os valores mínimos e máximo do suplemento especial de pensão.

Artigo 8º.
Pensão mínima

1 - Os antigos combatentes beneficiários da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, cujas pensões sejam inferiores ao salário mínimo nacional, terão as suas pensões recalculadas por

forma a atingir o valor daquele salário.

2 - O objetivo indicado no n.º 1 será atingido de forma faseada, sendo as fases as seguintes:

- a) No primeiro ano de vigência da presente lei: 75% do salário mínimo nacional;
- b) Nos anos seguintes e por cada ano de vigência da presente lei, incremento de 5 pontos percentuais na percentagem de cálculo do ano precedente, até atingir o valor do salário mínimo nacional.

Artigo 9º.
Apoio na saúde e velhice

O Estado apoiará, através do governo, em moldes a definir, programas para a concretização de Complexos Sociais, a gerir pela Liga dos Combatentes, com o objetivo de apoiar antigos combatentes e famílias.

CAPÍTULO III
Disposições complementares

Artigo 10º.
Combatentes deficientes das forças armadas e combatentes das Operações de Apoio à Paz ou Humanitárias

Os deveres, direitos e benefícios dos antigos combatentes deficientes das forças armadas e dos combatentes das Operações de Apoio à Paz ou Humanitárias, não considerados nesta lei, são regulados em legislação própria.

Artigo 11º.
Satisfação de encargos

Os encargos decorrentes da aprovação da presente lei são suportados pelo Orçamento do Estado.

Artigo 12º.
Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Lisboa, 08 de outubro de 2018

Monumento aos Combatentes do Ultramar 25^o Aniversário

O bra do escultor João Antero de Almeida, com projeto de autoria de uma equipa chefiada pelo arquiteto Francisco José Ferreira Guedes de Carvalho, o Monumento aos Combatentes do Ultramar, foi inaugurado pelo então Presidente da República Mário Soares, em 15 de janeiro de 1994, sendo na altura Presidente da Liga dos Combatentes (no período de 1986 a 1996), o General Altino Magalhães. No mandato do Presidente seguinte, General Morais Barroco (1996-2000) e em 5 de fevereiro de 2000 foram inauguradas pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, as lápides com os nomes dos militares caídos em missão, que começaram a ser colocadas em julho de 1999, por ano, ordem alfabética e posto.

Com a presença do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho e a Secretária de Estado da Defesa Nacional, Ana Santos Pinto, comemoraram-se os 25 anos do Monumento. O evento no exterior do Museu do Combatente começou bem cedo, com a preparação no terreno de bateria de peças de artilharia de fogo, para a salva de tiros usual durante a revista às forças em parada efetuada pelo Ministro da Defesa.

Foram convidadas para a cerimónia, pela Liga dos Combatentes, todas as instituições e Associações de Combatentes pertencentes à então Comissão Executiva do Monumento.

No interior do Museu teve lugar pelas 10H00 horas, uma missa celebrada pelo Capelão Geral do Exército, Coronel Jorge Matos, com sala cheia. Presentes também na cerimónia seguinte, já no exterior, em frente ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, o Ministro da Defesa Nacional e a Secretária de Estado da Defesa Nacional, o CEME, General Nunes da Fonseca, e Vice CEME, General Rui Davide Guerra Pereira, o Presidente da Junta de Freguesia de Belém, representantes do CEMGFA, CEMA e CEMFA, elementos do Conselho Supremo e do Conselho



Fiscal da Liga dos Combatentes, a Direção Central da Liga e outros convidados. A força em parada foi constituída por uma companhia a 3 pelotões comandada pelo Capitão António Peral-

ta, sendo cada pelotão formado por 1 sargento e 21 praças, pertencentes ao RAAA1 (Regimento de Artilharia Antiaérea 1) e RA5 (Regimento de Artilharia 5). Na integração do Estandarte Nacio-

nal a Banda do Exército tocou o Hino Nacional. Após a chegada do MDN acompanhado pela Secretária de Estado, dirigiram-se para o Monumento aos Combatentes do Ultramar onde a força

militar presente prestou honras militares enquanto a Banda do Exército entoava uma marcha e se ouvia uma salva de 17 tiros pela bateria de artilharia de fogo presente. Seguidamente tendo o

Ministro da Defesa prestado homenagem ao estandarte nacional, fez revista às forças em parada que desfilaram em continência, tendo à frente a Banda do Exército, seguida do Estandarte Nacional e restantes militares presentes. Na cerimónia de homenagem aos combatentes com deposição de coroas de flores pela Associação dos Combatentes do Ultramar, Comissão Executiva do 10 de Junho e Associação dos Deficientes das Forças Armadas; da GNR, dos Ramos das Forças Armadas, do CEMGFA, do General CEME, do Presidente da Liga dos Combatentes e do Ministro da Defesa acompanhado pela Secretária de Estado da Defesa Nacional, a fanfarra do exército, interpretou os toques a silêncio e mortos seguidos pelo toque de alvorada.

Terminada a cerimónia militar o Ministro da Defesa Nacional e restantes presentes acompanharam o Presidente da Liga dos Combatentes numa visita ao Museu do Combatente manifestando o Ministro vontade de ver todas as exposições permanentes e temporárias expostas e mostrando profundo interesse em todas as instalações do Museu.

No gabinete do Presidente da Liga dos Combatentes foi lançado um Inteiro Postal comemorativo do evento e elaborado pelos CTT, apresentado por Raúl Moreira, onde por cima do selo foi aposto carimbo alusivo ao dia e assinados os postais pelo Ministro da Defesa Nacional, Secretária de Estado da Defesa Nacional, General CEME e Presidente da Liga dos Combatentes, tendo o Ministro da Defesa assinado o Livro de Honra e deixado expressiva mensagem.

O "Liga de Honra" foi servido na Sala S. Mamede, antes da conferência sobre o Monumento e Lápides, proferida pelo General Morais Barroco, com introdução e encerramento pelo General Joaquim Chito Rodrigues, que apresentou uma projeção sobre a história e desenvolvimento do Museu do Combatente. **c**

Abiúl-Pombal

Na vila de Alvaiázere, com o apoio do Núcleo de Abiul/Pombal da Liga dos Combatentes foi inaugurado no passado dia 13 de janeiro, um Monumento aos Combatentes alvaiazerenses de todos os tempos, muito especialmente os caídos na Grande Guerra e Guerra do Ultramar. Com a presença do Presidente da CM de Alvaiázere, Célia Gomes Marques, do Presidente da Liga dos Combatentes, General Joaquim Chito Rodrigues, Presidente da Assembleia Municipal e Presidentes de Juntas de Freguesia, para além de um representante do Comandante do Regimento de Infantaria de Tomar, dos Presidentes dos Núcleos de Abiul/Pombal e Leiria.

A cerimónia iniciou-se com o hastear das bandeiras Nacional, da Câmara Municipal e da Liga dos Combatentes, ao som do Hino Nacional tocado pela Banda de música local. Seguidamente foi inaugurado o Monumento tendo descerrado a bandeira que o cobria, a presidente da CM de Alvaiázere e o presidente da Liga dos Combatentes.

Seguiu-se a colocação de coroas de flores, após o que uma Força Militar do Regimento de Infantaria de Tomar prestou Honras Militares ao toque de “Silên-



cio”, “Mortos em Combate” e “Alvorada”, por um clarim daquele Regimento.

Seguiram-se as intervenções do diretor da Conservação do Património - Dr. Mário Rodrigues Simões, do presidente da Liga dos Combatentes e da presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere. Todos enaltecendo os valores, sacrifício e determinação dos que se bateram

na Grande Guerra e na Guerra do Ultramar. A cerimónia terminou com ao som do Hino da Liga dos Combatentes.

Às 11h30 seguiu-se uma missa de homenagem aos Combatentes caídos ao serviço de Portugal. A manhã terminou com um almoço-convívio, com a presença de todas as entidades envolvidas na cerimónia. 📍

Cantanhede

O Núcleo de Cantanhede da Liga dos Combatentes, no passado dia 07 de fevereiro de 2019, a convite do Comandante do Regimento de Infantaria 10, Coronel de Infantaria Manuel Costa Santos, participou nas cerimónias de imposição de Condecorações a Combatentes do Ultramar.

O Presidente do Núcleo, Sargento-chefe Mário Cavadas, o Vice-presidente Sargento-mor Fernando Vidal e o Guião deste Núcleo participaram nas referidas cerimónias que constaram do seguinte programa: Homenagem aos mortos, Imposição de Condecorações aos combatentes que prestaram serviço em Angola, Guiné, Moçambique e Timor, seguindo-se uma missa na capela do RI10, com



celebração efetuada pelo capelão do Regimento. Após as cerimónias teve lu-

gar um almoço-convívio no Regimento de Infantaria 10. 📍

Lagoa-Portimão

Foi inaugurado a 16 de dezembro de 2018 o Monumento aos Combatentes de Silves. A cerimónia iniciou-se pelas 10h30m no edifício da Fissul, com uma pequena receção aos convidados. Pelas 11h00 procedeu-se ao destapamento do Monumento, pela Presidente da CM de Silves, Dra. Rosa da Palma, pelo Presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes, General Chito Rodrigues, pelo Presidente do Núcleo de Lagoa/Portimão, Jaime Marreiros e pelo TCor. Rui Oliveira, representante do Comandante do Regimento de Infantaria nº. 1. Seguiu-se a bênção ao Monumento feita pelo Padre Nelson Rodrigues, pároco de Silves.

Nas intervenções oratórias discursaram, primeiro, o Presidente do Núcleo, o Presidente da Direção Central TGen. Chito Rodrigues que aflorou múltiplos aspetos da vida da Liga, desde a sua fundação, até aos dias de hoje, bem como, as vidas difíceis dos ex-combatentes e da proposta de lei enviada para a Assembleia da República para que sejam minoradas as dificuldades desses, a quem tudo pediram e pouco lhes deram, como recompensa.

O pedido enviado para ser convertido em lei, será a atribuição de pelo menos um ordenado mínimo anual, aos Combatentes que prestaram 24 meses ou mais em teatros de guerra a 100%, em substituição da verba, recebida em cada Outubro, por alguns e cada vez menos, uma vez que para além de diminuta, ainda é sobrecarregada com impostos. A Presidente da CM de Silves abordou o tema dos traumatismos psicológicos e a situação das famílias para além de outros assuntos, relacionados com o fim da guerra e o início da democracia.

As colocações das coroas de flores foram feitas pela Presidente e Vice-presidente da CM de Silves, pelo Presidente da Direção Central, Presidente do Núcleo, representante do Comandante do Regimento de Infantaria n.º 1 e pelo Cap. da F.A. João Pedro Gomes.

Seguiu-se o chamamento aos mortos dos três Ramos das Forças Armadas. Primeiro, da Armada, pelo 1.º Sarg. Joa-



quim Pacheco, depois, do Exército, pelo TCor. João Varela e por fim da F.A., pelo Cap. João Gomes. Seguiram-se breves minutos de silêncio. O padre Nelson proferiu uma prece alusiva ao evento. O Cmdt. da Guarda de Honra, mandou o clarim tocar a alvorada, terminando deste modo a cerimónia.

As explicações da cerimónia foram sempre efetuadas e esclarecido cada passo pelo Dr. Joaquim Tempera, ilustre advogado, também ele “Silvense” do coração, pois foi nesta cidade que passou grande

parte da sua infância, com seu irmão Fernando, sócio do Núcleo, onde têm inúmeros Amigos, rumando posteriormente para a capital, onde hoje residem tendo-se deslocado a Silves, propositadamente, para assistir e participar no evento e no almoço, que se realizou no restaurante “Ponte Romana”.

De referir que o autor do projeto é o Arq. Eduardo Varandas, membro da Direção Central da Liga dos Combatentes, tendo dirigido as obras de construção o Arq. Nuno Nóbrega. 📍

Oliv^a. de Azeméis

O Núcleo de Oliveira de Azeméis, comemorou em 24 de fevereiro de 2019, o seu 90.º Aniversário. A cerimónia foi presidida pelo Coronel Lucas Hilário, Secretário-geral da Liga dos Combatentes. Marcaram presença nestas comemorações Joaquim Cabete, presidente do Núcleo, Dr. Rui Cabral, vice-presidente do município, Capitão Rosado, Comandante do destacamento da GNR de Oliveira de Azeméis, Tenente Alfredo Nogueira do AM1, Murilo Pinto, em representação do Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes de Aveiro, Espinho, Macieira de Cambra e Oliveira do Bairro, todos os elementos da Direção e Associados do Núcleo da Liga dos Combatentes de Oliveira de Azeméis e famílias.

Foi prestada uma cerimónia de homenagem aos Combatentes mortos na guerra do ultramar. Para o efeito foi depositada uma coroa de flores, junto ao Monumento dos Combatentes do Ultramar, e respeitado um minuto de silêncio.

A cerimónia prosseguiu no auditório da Biblioteca Municipal, com a condecoração de sete Combatentes, com a Medalha Comemorativa das Campanhas



das Forças Armadas; António de Sousa e Matos (Moç 1962-64), António Moreira de Sousa (Ang 1973-74), Fernando Soares Bêco (Gui 1973-74), Idálio Simão Pinto (Ang 1969-71), Manuel Pereira Tavares (Ang 1970-72), Simão Dias de Sousa (Ang 1971-73) e Simão Pinho Brandão (Gui 1964-66).

Foram agraciados com o Medalhão do Núcleo e o Testemunho de Apeço, os

associados que completaram 50 anos de vínculo à Liga dos Combatentes, Sócio Nº 38.734, Alfredo Pina Gomes de Pinho, Sócio Nº 43.874, Manuel José Pinto Nunes, Sócio Nº 44.756, João Gil Costa e Sócio Nº 45.075, Amadeu Carvalho Tavares Silva. Após a cerimónia, seguiu-se o almoço-convívio que reuniu oitenta e três pessoas entre convidados, associados e famílias.📍

Ponta Delgada

No passado dia 04 de fevereiro de 2019, realizou-se no Comando Operacional dos Açores, a Cerimónia de Imposição da Medalha Comemorativa das Campanhas, ao Combatente Manuel da Costa Gil Júnior, com a legenda “Angola 1961/1963”.

Esta Cerimónia foi presidida pelo Comandante Operacional dos Açores, Tenente-general Amândio Miranda.

Estiveram presentes nesta cerimónia, uma representação de Oficiais, Sargentos e Praças, dos três Ramos das Forças Armadas Portuguesas, bem como a Direção do Núcleo da Liga dos Combatentes, em Ponta Delgada.📍



Entroncamento

Assinatura de Protocolo entre a Câmara do Entroncamento e a Liga dos Combatentes

Em 06 de Março de 2019, no Entroncamento, teve lugar a assinatura de um Protocolo entre a Câmara Municipal e a Liga dos Combatentes para a cedência de um terreno tendo como objetivo a futura construção de uma infraestrutura social de apoio a idosos membros da Liga dos Combatentes.

No salão nobre da Câmara Municipal reuniram-se por parte da Câmara o Presidente Prof. Dr. Jorge Manuel Alves de Faria, o Vice-Presidente, elementos da Assembleia Municipal, os Presidentes das Juntas de Freguesia, Vereadores da Câmara e da parte da Liga dos Combatentes, o seu Presidente TGen. Joaquim Chito Rodrigues, o Secretário-geral e o 1º Vogal Administrativo, bem como os Presidentes dos Núcleos do Entroncamento e de Torres Novas, com as suas Direções, estando ainda presentes os sócios General Jerónimo, TGen. Mascarenhas e MGen. Lemos Caldas.



A sessão teve início com a assinatura do Protocolo pelos dois presidentes, a que se seguiu uma introdução do Presidente da Liga dos Combatentes que expôs as linhas de orientação e os objetivos do Programa Estratégico e Estruturante Liga Solidária e a indispensabilidade de um apoio do Estado a complementar por verbas a conseguir pela Liga dos Combatentes para que seja viável transformar a Esperança que resulta da assinatura do presente protocolo, com a realidade a que é fundamental chegar com os apoios financeiros a obter sem que daí resulte qualquer endividamento da Liga.

“Hoje é um dia importante para a Liga e para o Entroncamento. Esperamos que venha ser histórico.”

Seguidamente fez uma intervenção o Prof. Dr. Alves Silva que expressou todo o apoio e a convicção de que “será possível a curto prazo podermos criar as condições que a Liga considera fundamentais para transformarmos este dia num dia histórico para a Liga e para o Entroncamento.”

Após a troca de simples lembranças entre Instituições seguiu-se um almoço de trabalho a convite do Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento.📍

Ajude-nos a Ajudar

Contribua com 0,5% do seu IRS para a Liga dos Combatentes **sem quaisquer custos para si.**

Na sua declaração preencha:

Modelo 3

Quadro 11

Campo 1101

11 CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS/CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPTADO				
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS				
Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	☐	1101	NIF 500 816 905	IRS ☒
Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	☒			IVA ☐
Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho)	☐	1102	NIF	IRS

Pinhal Novo

Um grupo de antigos Combatentes do Núcleo do Pinhal Novo da Liga dos Combatentes realizou uma visita ao Campo de Tiro em Alcochete.

Na receção tiveram oportunidade de assistir a uma apresentação realizada pelo Comandante da Unidade, COR/TMAEQ Carlos Oliveira, onde ficaram a conhecer a atividade da Unidade, tanto a nível operacional, como também ambiental e onde puderam verificar que a Unidade conquistou várias certificações a nível ambiental.

Após a receção efetuaram uma visita às várias carreiras de tiro de armas ligeiras, armas pesadas e tiro aéreo a que se seguiu o almoço na messe geral.

No período da tarde assistiram a uma demonstração dos modernos equipamentos que equipam atualmente os nossos militares quando em ação nos teatros operacionais. A concluir visitaram a secção cinotécnica, onde observaram o trabalho dos cães militares, preciosos auxiliares na guarda das instalações. 📷



Matosinhos

A convite do Comando da Zona Marítima do Norte, o Núcleo de Matosinhos da Liga dos Combatentes esteve representado por dois vogais da Direção, na cerimónia de tomada de posse, do novo Comandante da Zona Marítima do Norte, Capitão-de-mar-e-guerra Cruz Martins, numa cerimónia que decorreu no edifício do Comando, em Leça da Palmeira.

O Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Osvaldo Rodrigues Campos deixou o Comando da Zona Marítima do Norte e, cumulativamente, os cargos de Chefe do Departamento Marítimo do Norte, Comandante Regional da Polícia Marítima do Norte, Capitão dos Portos do Douro e de Leixões e Comandante Local da Polícia Marítima do Douro e de Leixões, tendo sido rendido pelo Capitão-de-mar-e-guerra José Zacarias da Cruz Martins. 📷



Caldas da Rainha

A convite do Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Dr. Tinta Ferreira, o Núcleo de Caldas da Rainha da Liga dos Combatentes teve a honra de participar nas cerimónias evocativas do 45º Aniversário do 16 de março de 1974, representado na pessoa do seu Presidente, major Pinto Pereira.

As comemorações decorreram na Escola de Sargentos do Exército, que como sempre, com “Vontade e Saber”, receberam de portas abertas todos os convidados e população Caldense que quis estar presente para evocar este evento.

Houve uma breve síntese Histórica proferida pelo Sargento-chefe Oliveira, Professor de História Militar da ESE, que culminou com uma visita às instalações e aos locais históricos da unidade onde decorreu a tentativa do golpe de estado que deu origem um mês depois ao nosso 25 de abril de 1974.

Foram proferidos alguns discursos, finalizando com a intervenção o Dr.



Fernando Manuel Tinta Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha que agradeceu e enalteceu o comandante da Escola de Sargentos

por os ter recebido. A cerimónia terminou com uma foto de grupo em frente ao monumento evocativo do 16 de março de 1974. 📷

Tomada de Posse do novo CEMFA General Joaquim Nunes Borrego

Decorreu no passado dia 27 de fevereiro, a cerimónia militar de receção ao novo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), no Complexo de Alfragide. O General Joaquim Nunes Borrego foi recebido pelo Tenente-general Sílvio Sampaio, Vice-chefe do Estado-Maior da Força Aérea, e pelo Comandante da Unidade de Apoio de Lisboa, Coronel Cristóvão Veliça.

A cerimónia contou com a revista das forças em parada, à qual se seguiu uma breve alocução do General CEMFA.

Após o desfile das forças em parada, teve lugar a cerimónia de homenagem aos mortos da Força Aérea, com a deposição de uma coroa de flores. 📷

Fonte: CEMFA





ECAV 149

José António B. Cardona, sócio nº 126.243, informa que no passado dia 13 de outubro de 2018, comemorou-se o 57º aniversário da mobilização do ECav 149, (Angola 1961 a 1963), com a confraternização na cidade de Évora. Contacto: Cardona 967075753



CCAÇ 2552

Victor Manuel F. Carvalho, sócio nº 67.331, divulga que se realizou no passado dia 8 de setembro em Ílhavo, o Almoço-convívio anual de confraternização da CCAÇ2552/BCAÇ2880. Participaram no encontro mais de 70 militares e familiares.



CPM 1529

João Prates, sócio nº 127.525, divulga que o Almoço-convívio da Companhia de Polícia Militar 1529 “Os Abutres”, que cumpriu serviço militar em Angola de 1966 a 1968, vai realizar-se no dia 25 de maio 2019, na Quinta das Oliveiras em Abrantes. Contacto: João Prates 967 281 464.



CCS/BCAÇ 2835

Os combatentes da CCS do BCAÇ2835 (Guiné), divulgam que o Almoço-convívio se realizou na Mealhada em 30 de junho de 2018. Comunica-se que o próximo almoço-convívio irá realizar-se no último fim-de-semana de junho de 2019, em Chaves. As marcações deveram ser feitas com o 1º Cabo Guedes: 964 943 883.



CCAÇEsp 272

Manuel Cardona, sócio nº 48.391, divulga que o 27º Almoço-convívio da Companhia de Caçadores Especiais 272 – “A DA MANDIOCA”, Angola 1961/1963, realizou-se a em 05 de maio de 2018, em Torre de Moncorvo. Contacto: manuel.cardona@sapo.pt



CPM 233

Alfredo Chitas, sócio nº 167.039, divulga que o Almoço-convívio da Companhia de Polícia Militar 233, que esteve em Angola de 1961 a 1963, realizou-se em 15 de maio 2018, em Fátima.



CCAV 3418

Marcos de Jesus, Sócio nº 81.888, divulga que o Almoço-convívio da Companhia Cavalaria 3418 (Angola 71-73) realiza-se todos os anos no terceiro sábado de setembro. Contacto: 937 037 187.



CCAÇ 472-760

José Luiz, sócio nº 41.806, divulga que no passado mês de novembro reuniram-se em Fátima os Veteranos de Guerra das Companhias de Caçadores 472 e 760, para prestar homenagem ao seu Médico que deu o seu elevado contributo durante 2 anos em Angola de 1963 a 1965. Contacto: jose.jlferreira@gmail.com

Vai acontecer

Base Aérea nº. 5

Comemoração do 60º Aniversário do Juramento de Bandeira da recruta FAP 1/59

No dia 25 de abril de 2019, será comemorado o 60º aniversário do Juramento de Bandeira da recruta FAP 1/59, da qual, orgulhosamente, fizemos parte. Bem sabemos que os jovens de então, garbosos, apumados, com a irreverência própria de quem está na flor da vida, já não são o que eram. Mas não temos dúvidas que continuam a recordar com saudade esses tempos áureos de uma juventude que deixou marcas indeléveis na nossa formação.

Por isso, tratando-se de uma data importante, um pequeno grupo de “recrutas” constituiu-se em comissão e enviou todos os esforços, para, além de uma programação condigna para assinalar tal efeméride, “requerer”, além da tua presença, também a dos teus familiares, para, num salutar e fraterno convívio, vivermos uma jornada de companheirismo e de saudade, difícil de repetir, pois o tempo, na sua marcha inexorável vai cumprindo, por muito que nos custe, a sua missão.

O almoço, às 13H00, precedido de missa de sufrágio pelos amigos que já nos deixaram, às 11H00, na capela da Base Aérea Nº. 5 (Monte Real) será servido nesta Unidade. Haverá visita guiada à Base e exibição cinotécnica (cães



em diferentes exercícios), e face aos contatos oportunamente encetados e que mereceram o apoio do Chefe do Estado Maior da Força Aérea, Comando da Base Aérea nº. 5 e da Câmara Municipal de Leiria outras atividades farão parte da programação. Mas como o tempo urge, dada a complexidade logística para o desenvolvimento de todo o programa, esta informação tem como principal objetivo sensibilizar-te a que compa-reças e a que tragas o número de convidados que entenderes. Estamos, para os que vierem de longe, ou que possam estar mais fragiliza-dos fisicamente, a desenvolver esforços para

lhes possibilitar alojamento na BA5 ou no RAL (Regimento de Artilharia de Leiria). Na BA5, como medida preventiva, “estará de piquete” uma equipa de enfermeiros e um médico, para quaisquer eventualidades que possam surgir relacionadas com a saúde. Quem utilizar os caminhos de ferro, poderá desembarcar na estação de Pombal (linha do Norte), sendo garantido, logo pela manhã, o transporte para a Base Aérea Nº. 5. Aguarda-se, com brevidade, pelas tuas notícias, para qualquer um dos contatos abaixo indicado, a fim de saberes a pormenorização correspondente às inscrições.

- Jacinto Ferreira Lopes (ORTRA) – 917412951 / azinheira41.jacinto@hotmail.com
- João Fernando Marques da Silva (OTC) –936 644 465 /marques.dasilva@hotmail.com
- João Patinho Gonçalves Botas (ABST) – 219 414 378 /joaobts@gmail.com
- José Carlos dos Santos Gouveia (ABST) – 965 450 176 /gouveia009@gmail.com
- Olegário Guerreiro da Silva (ORTRA) – 963 392 637 / olegarioguilva@gmail.com
- Silvino Ferreira Damásio (ABST – 914 077 812 /sdamasiof@sapo.pt

Outros Convívios em: www.facebook.com/ligadoscombatentes.oficial/

Quem esteve na guerra e escreveu a Nossa Senhora?

Com o objectivo de encontrar depoimentos para uma reportagem de jornal e televisão, dois jornalistas procuram militares portugueses que tenham estado nos teatros de guerra de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e que, eventualmente, tenham escrito cartas dirigidas a Nossa Senhora, particularmente a N. Sra. de Fátima, endereçadas ou entregues ao santuário.

Será esse o caso de algum dos (ex-)militares que nos lê? O trabalho, que dará origem a uma longa reportagem no jornal Expresso e a um documentário na SIC, está a ser preparado pelos jornalistas António Marujo e Joaquim Franco. E pretende avaliar de que modo a devoção mariana e em especial o fenómeno de Fátima se cruzou com a experiência de guerra nas antigas colónias portuguesas de África.

Durante o seu tempo de serviço ou depois dele, muitos militares (ou as suas mães, noivas, namoradas e outros familiares...) escreviam para Fátima ou iam em peregrinação ao santuário como forma de agradecimento pelo seu regresso



ou em cumprimento de outras devoções, mas referindo-se à sua participação no serviço militar.

Se é esse o caso de algum dos nossos leitores, pedimos que escrevam ou telefonem directamente para os dois autores da reportagem, que desde já agradecem a colaboração:

- Joaquim Franco – 962056225 e joaquimfranco@sic.pt
- António Marujo – 964 553 050 e antoniomarujo@setemargens.com

Invasão do Estado da Índia



Isabel Martins

Todos os anos, no dia 19 de dezembro, a Associação Nacional dos Prisioneiros de Guerra (ANPG) relembra com um cerimonial no Monumento aos Combatentes do Ultramar, o aniversário da invasão do Estado Português da Índia por soldados da União Indiana, com alocações do Presidente da Associação, de antigos prisioneiros e convidados, com deposição de coroa de flores e chamada dos mortos em Goa, Damão e Diu.

Fausto Diabinho, Presidente da Associação Nacional dos Prisioneiros de Guerra presidiu a cerimónia. Na Capela do Combatente, foram proferidas as alocações relativas ao evento por Fausto Diabinho e Aires de Oliveira, e em seguida o grupo dirigiu-se para o Monumento aos Combatentes do Ultramar onde foram chamados os nomes dos prisioneiros de guerra caídos na Índia, respondendo a audiência emocionada “PRESENTE!”.

Após este momento sempre comovedor foi deposta a coroa de flores no Monumento aos Combatentes do Ultramar acabando a cerimónia com os toques aos mortos em combate e alvorada.

As forças militares da União Indiana são referidas por vários autores como tendo um enorme potencial de combate, relativamente às forças militares do EPI. Desde 1947 a probabilidade de um confronto entre as forças não foi uma hipótese muito presente, mas nunca foi totalmente esquecida. No mês de dezembro surgiu então esse momento, em que efetivamente as forças do EPI tiveram de reagir perante um inimigo com capacidades muito diferentes e com uma grande quantidade de meios, homens e o mais importante, motivados por uma causa nacional. As forças da União Indiana sob o comando do Major General Kunhira-man Palat Candeth, comandante da 17ª



Divisão de Infantaria e comandante das forças invasoras do EPI, em dezembro iniciaram a mobilização de meios para realizar uma ofensiva contra o EPI.

Na noite de 17 para 18 entra em vigor a ofensiva da UI contra o EPI, com o Plano de Operações denominado por “Vijay”.

Às primeiras horas da madrugada de 18 de dezembro, as colunas militares indianas entraram em Goa pelo norte e pelo sul. Os territórios mais pequenos de Damão e Diu foram também atacados. Os militares portugueses esforçaram-se por seguir o estipulado no ‘Plano Sentinela’, uma estratégia de defesa que se baseava na retirada faseada das forças desde as fronteiras até à costa. O objetivo era atrasar a progressão do inimigo, com a destruição de pontes e estradas. “Era um plano idiota e inexecutável, feito a régua e esquadro em Lisboa por quem não fazia ideia do que eram Goa, Damão e Diu”, diz Carlos Azeredo, colocado perto da capital de Goa, Pangim.

E após dois longos dias de combate, pelas 12h45 do dia 19 de dezembro de 1961 no Posto de Comando Avançado

em Goa, o Comandante Chefe comunicava a todos os comandantes presentes a decisão de rendição.

De dia 19 de dezembro de 1961 até dia 8 de maio de 1962, os militares portugueses do agora antigo EPI, estiveram retidos em Goa, na condição de prisioneiros de guerra por parte da UI.

Praticamente todas as forças portuguesas renderam-se a 19 de dezembro. Morreram 25 militares, mas a maioria dos soldados não chegou a entrar em combate.

A 21 de Dezembro de 1961, o Ministério indiano dos Negócios Estrangeiros escreve uma nota a Lisboa a informar que não pretende ficar com os soldados reféns, bastando para isso que os indianos presos nas colónias portuguesas em Moçambique (a retaliação de Salazar) sejam também libertados. A 30 de Janeiro, o regime aceita a repatriação dos civis portugueses em troca da libertação dos indianos. Mas os militares ficariam ainda nos campos, ignorados pelo Governo.

A 6 de Abril 1962, Nehru comunica que “já não pode manter o pessoal português por muito tempo em Goa” e que, se Por-



Desembarque de tropas portuguesas em Damão

tugal não vier buscar os seus soldados, os levará para outro local da Índia.

A 13 de abril, a rádio anuncia o repatriamento. Fausto Diabinho, Presidente da Associação Nacional dos Prisioneiros de Guerra ainda não consegue conter as lágrimas ao recordar o fatídico 19 de março. Viu a morte à frente.

Lembra os companheiros a desmaiar, as metralhadoras apontadas, o pelotão de fuzilamento e a voz que gritava “Quem se mexer será abatido”. Lembra, sobretudo, o tenente capelão que, num ato heroico, sai da formatura, arriscando a vida,

e consegue negociar com o brigadeiro indiano o perdão dos portugueses, evitando o massacre.

O Ministério da Defesa reconhece, finalmente, o ato heroico do tenente Capelão Joaquim Ferreira da Silva, a quem atribui, a 7 de dezembro de 2007, a título póstumo, a Medalha Militar de Serviços Distintos, grau ouro. Foi igualmente em maio, em 2003, que o Governo reconheceu a condição de prisioneiros de guerra, condecorando todos os ex-militares presos na Índia, Timor, Angola, Moçambique e Guiné. Finalmente, foi também em maio

de 1962 que os mais de três mil portugueses presos na Índia começaram a ser libertados. Estiveram prisioneiros mais de seis meses, e 29 perderam a vida.

Fausto Diabinho recorda, com tristeza, os mais de 40 anos necessários para que Portugal reconhecesse que, a defender a pátria, houve militares portugueses prisioneiros e mortos.

Agora, os ex-prisioneiros na Índia festejam, finalmente, o reconhecimento justo de quem “serviu a pátria e perdeu a vida” em defesa dos territórios portugueses de Goa, Damão e Diu. ■

OS “FOGUETES” DE CARIPANDE



Júlio Corredeira

Era uma missão de rotina, não um passeio, mas uma “visita” à zona do saliente do Cazombo no extremo sul, onde Caripande era farol de vigia entre Angola e a Zâmbia.

O capitão Carlos Acabado, fizera um pequeno briefing na véspera e combinámos que, sem um plano de voo muito rígido, seguiríamos o Zambeze até ao ponto onde o rio se escapa das chanas luenas e corre para o mar por terras que outrora foram conhecidas por Mapa Cor-de-rosa.

Cinco e meia da madrugada, o “velho” Tomás, preparava os aviões com o amor que o especialista dedica aos seus meninos. O MMA instalou o ninho das metralhadoras. Ficavam elegantes e agressivos os T-6 “vestidos” a rigor!

Sáimos da sala de operações, os aviões como destino. O Sol passeava-se fresco nas montanhas do Macondo, ansioso por dar um beijo matinal à enfeitada Calunda.

Em África gostava de voar bem cedo. Sentia-me no conforto de uma alvorada cheia de força, que roubava ao sol menino a pujança do seu nascimento.

Subi para o T-6, sobre asa apertei o para-quedas e ajustei o capacete. No avião do lado o capitão Acabado fez em código manual, o gesto de que tudo estava bem. Entrei na carlinga, os procedimentos habituais; motores em marcha, o silêncio feliz por despertar com o ronco do motor daquele avião, “menino” mágico de uma geração que nele bebeu a feliz experiên-

cia de voar. Alinhados na pista em formação cerrada, tinha sido o combinado, motor em “boost” máximo, descolagem na direção do Oeste. O Zambeze fica para trás ainda na linha de subida. Estabilizámos no nível 02, sinal para passar a formação aberta. Enquanto me afastava do avião do comandante, o pensamento escapou para a presença daquele homem. Era diferente o capitão com o equipamento de voo vestido. Não lhe deixava sobressair a cor branca de neve do seu cabelo de sempre, ao meu conhecimento. Quando o vi pela primeira vez, adotei-o como o meu preferido. Voar com ele era sonho e desejo de todos os mais novos. O seu carácter, a sua amizade, a confiança que transmitia! Naquele dia segui-o com orgulho, estava com o meu protetor.

O Cavungo surge cinco milhas mais à frente, o pequeno quartel das forças terrestres, sobressai da sanzala.

Sempre senti um respirar de magia, quando sobrevoava o Cavungo. Ali, no seu trono de bambu, Nhakatolo rainha do povo Luena, matriarca única em todo o território angolano, fora senhora recebida em Belém por presidente português com honras de majestade. Ali nos confins do mundo, uma rainha! Um povo em veneração, uma lenda noutros povos.

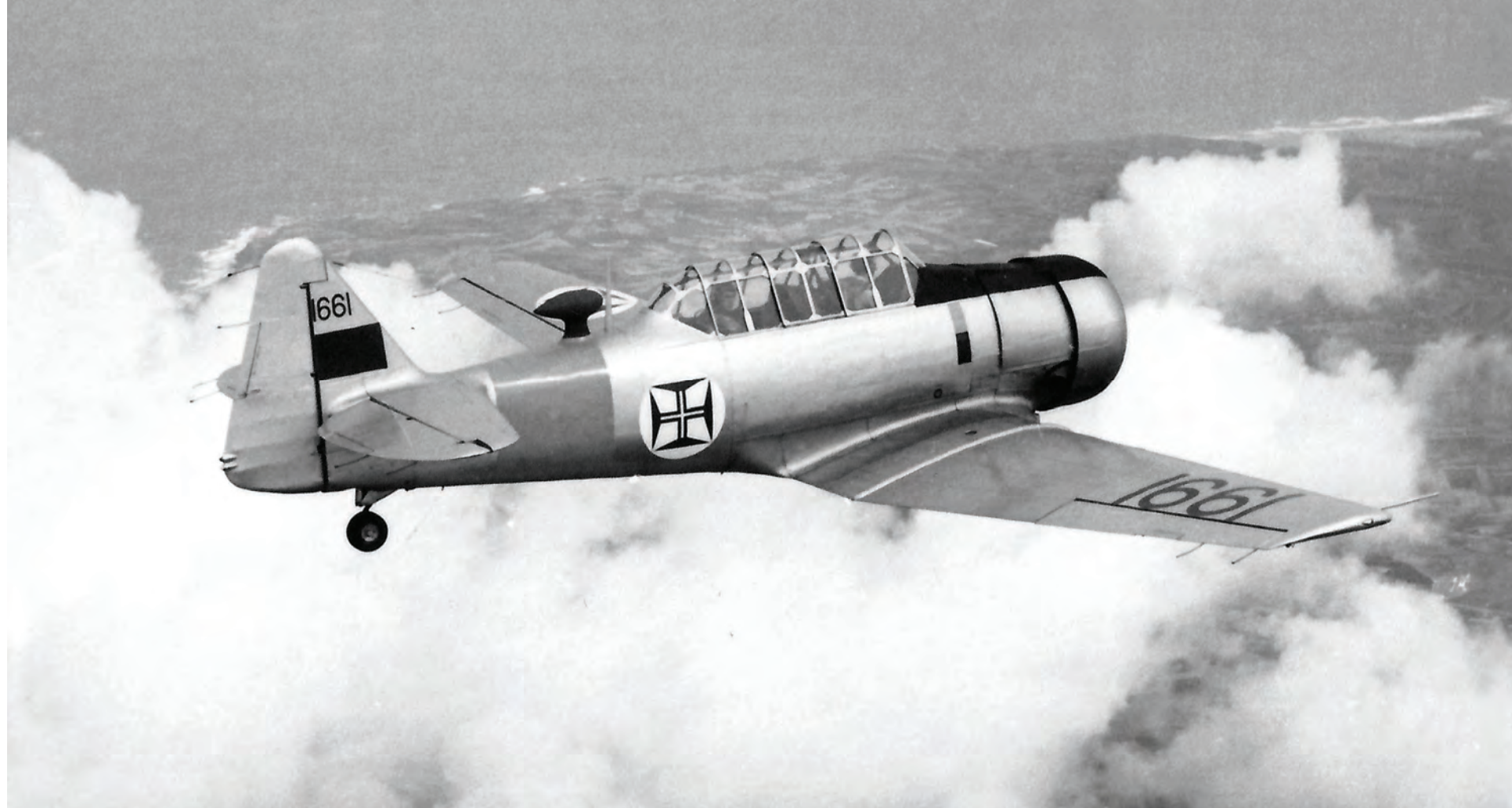
- Baixar para o nível 01, transmitiu o chefe. Descida suave para as margens do rio. Havia indícios, por informações da DGS que, trilhos de guerrilheiros africanos, poderiam estar a evoluir para o Chilombo, aquartelamento dos fuzileiros, na outra margem. Como estava lindo o Zambeze naquele dia! A mata de matizes verdes múltiplos, parecia querer sufocá-lo com a candura de mãe protetora. Deslizava imponente mas sereno, tranquilo na longa caminhada até ao Índico. Olhei as águas verdes das sombras da mata, vi crocodilos sonolentos, destronados no seu poder, deslizar assustados para o fundo do rio,

desconfortáveis com o ruído dos motores.

Na passagem pelo Chilombo os “fuzos” vieram ao terreiro do quartel, abanando os braços em gestos de convite para almoçar. Mesmo sabendo da impossibilidade técnica, de se fazer uma aterragem nesta povoação, mostravam a sua principal característica no teatro de guerra, eram uns bons compinchas os rapazes do Chilombo!

Continuámos a acompanhar a marcha do rio, passar na Lumbala era destino obrigatório. Um abanar de asas para cumprimentar os amigos do exército, duas voltas apertadas sobre os tetos de zinco que cobriam as instalações, voltámos em direção ao destino. Gostava da Lumbala o Cap. Acabado! Ali viveu algumas das histórias com que decorou o seu livro Kinda e outras histórias de uma guerra esquecida, obra de grau elevado na narração de humanismo, lealdade e carácter, que uma guerra também pode mostrar. Já li e reli, não me canso!

Chegámos ao canto Sul do saliente do Cazombo, a fronteira com a Zâmbia, aparecia qual estrada em linha reta ao longo de dezenas de quilómetros. Voávamos a cerca de mil pés acima do solo, francamente dentro do espaço aéreo angolano.



Parecia que o céu tinha aberto as portas à nossa missão. Nem um ai de turbulência, tranquilidade total. Observava o solo procurando qualquer carreiro por onde o inimigo fizesse a travessia. De vez em quando via rádio, trocava palavras de circunstância com o chefe da parelha.

Olhei para a carlinga do T-6 do comandante. Sorridente, assinalou com o polegar que tudo estava OK. Retribuí o sinal. Quando voltei à posição normal, o meu espanto!.. Novelos de fumo por cima da minha asa esquerda davam ar de arraial em festa de aldeia.

- Número um, veja nas suas nove horas, parece um arraial de foguetes a rebentar por cima de mim.

Acompanhei-lhe o olhar, os novelos eram cada vez em maior número...

- “Paquito”, siga-me... ouvi nos auscultadores!

Com um meio “tonneaux” e nariz em baixo, entrámos numa descida louca. Ouvia a voz do chefe.

- Não se afaste de mim, lá para baixo o mais rápido possível! Aquilo são granadas de antiaérea.

Estabilizámos a cerca de cem pés da copa das árvores, ali estávamos mais em

segurança, fechava-se o ângulo de lançamento das antiaéreas. Seguiu o chefe com toda a confiança que aquele homem me inspirava. Como já o reconheci publicamente, no lançamento do seu livro, no instituto cultural Verney em Oeiras, sentia-me a voar nas asas de um anjo.

- “Paquito” passe para a frente!

O Acabado começa numa dança frenética por cima do meu avião, numa tentativa de detetar possíveis estragos na fuselagem e asas. Na carlinga e painel de instrumentos, já lhe tinha comunicado que estava tudo bem.

- Não noto nada de anormal, mas não podemos ripostar pois o inimigo está em território zambiano e estamos proibidos de quebrar as regras do espaço aéreo para além de Angola. Tudo OK, rumo para o Cazombo, continue à frente!

Mais tranquilo, olho para as asas procurando algum sinal de estilhaço. Na esquerda, ainda que muito indefinidos, pareceu-me ver uns pequenos furos. Alertei o chefe e começa nova dança à minha volta à procura de vestígios de fuga de combustível. Confirmei que pela indicação dos instrumentos estava tudo normal. Passados dez minutos de voo, a

pista do Cazombo, aparecia lá ao longe a cerca de dez milhas. Entrada direta na final e rodas no chão. O pessoal do AM, entretanto alertado por nós via rádio, esperava-nos com ansiedade.

Estacionámos os aviões, saí da carlinga banhado em suor. A adrenalina e o sistema nervoso fizeram estragos. Estragos também sofreu a asa esquerda. Alguns furos de formas irregulares testemunhavam o embate dos estilhaços, sem contudo terem atingido qualquer ponto nevralgico do avião. Um grito de alívio, a alegria vivida com os abraços dos companheiros, foram bálsamo para me tranquilizar. O Capitão Acabado aproximou-se e ambos, com um sorriso que falava mais que o coração, selámos um abraço.

- Desta já estamos “safos”, estivemos bem perto dos anjos!

Cruzámos o olhar, sabia bem-estar longe do céu.

Aconteceu no Alto Zambeze, Leste de Angola, em Novembro de 1972.

(Tenho no meu curriculum de piloto FAP, como sendo o único a ser atingido por granadas de anti aérea, durante os treze anos de guerra que os portugueses travaram em África).🇵🇹

A Patroa...



Helder Freire

Fátima temia que uma coisa daquelas, ou parecida, pudesse acontecer. Negra, vinte e poucos anos, alta, esguia como um pé de capim, caiu no goto do furriel Armando, um portista da zona da Ribeira. Habitado a liderar pequenos grupos de malandragem, na velha cidade, o Armando era bom de palheta, tinha um tique engraçado, que consistia em olhar para cima repetidamente, quando estava a falar com alguém de perto.

Recém-chegado com o seu batalhão, herdou a lavadeira de um outro furriel que regressou a Luanda. Como as outras, a Domingas, a «branquinha», a manca, etc., era lavadeira. Cinquenta angolares, davam para a roupa que vinha impecável. Mais cinquenta para outros serviços mais especializados e a coisa compunha-se até ao fim do mês.

As coisas eram assim que funcionavam e os batalhões sucediam-se. Uns vinham, outros iam, as lavadeiras ficavam e iam ganhando a vida. Com a Fátima, naquela altura, foi diferente. O Armando resistiu dois meses, até a pôr por conta. Embeçou-se pela Fátima, frequentava cada vez mais amiúde a cubata onde ela vivia sozinha. Foi-se apercebendo que isso agradava a Fátima que, para ele, estava sempre disponível. Os cinquenta angolares, repetidos uma, duas ou três vezes por semana, faziam com que as suas idas à lavra para sachar a mandioca, se fossem espaçando. Acabou por pagar a uma vizinha para trazer a sua lavra bonita e foi bom negócio para as duas.

Armando andava nas nuvens. Fátima tratava dele, como se fosse seu homem. Lavava, passava a ferro, mantinha a cubata impecável e tomava dois banhos de algarida e canequinha por dia, num

retirado atrás da cubata, momento muito frequentado discretamente pela soldadesca que babava de longe. Na «patroa» ninguém se abalçava a deitar olho grande. Era a «patroa», a mulher do furriel Armando. Mas, como nestas coisas, nunca há grandes certezas, todos tinham ordens informais para passarem à porta da cubata de Fátima, quando, noite fora, estivessem de ronda. E o pessoal passava uma e outra vez por lá, e tossia ligeiramente, ou pesava mais um bocado no passo, de forma que Fátima os ouvisse e dormisse descansada.

Pela manhã, Armando aparecia com um jarro de alumínio, com café com leite e pão com manteiga. Do destacamento até à cubata de Fátima eram uns cinquenta metros e ambos tomavam juntos o pequeno almoço e, às vezes, acabavam na cama.

No pelotão de reconhecimento, sediado à beira da enorme sanzala, e distante da unidade cerca de um quilómetro, todos sabiam deste xodó do furriel Armando e só faziam figas para que tudo corresse bem, enquanto lá estivessem. Por seu turno, Armando esforçava-se por cumprir a sua missão e não prejudicar o serviço por causa da «patroa».

A verdade é que toda a gente sabia que o Armando e a Fátima não se largavam por nada. Nem ela cedia aos olhares e às promessas da soldadesca, ao contrário de outras jovens que estavam habituadas à canção de embalar que acabava, normalmente com um soldado aliviado e uma jovem com mais 50 angolares entre o sutiã. E havia quem, à boca pequena mandasse palpites: entre a tropa, havia quem falasse, que a Fátima andava a tentar tirar nabos da púcara sobre as atividades operacionais, para depois passar a mensagem aos «turras». Por outro lado, entre as moças mais chegadas à porta de armas, comentava-se, entre gargalhadas, que a Fátima ainda ia parar ao «puto», se o furriel a quisesse levar, quando acabasse a comissão. Numa coisa estavam todos de acordo, nem o Armando, nem a Fátima, desejavam selar esta união, com um rebento. Nunca ninguém percebeu como é que elas faziam,



mas a verdade é que mulatinhos era coisa que não se via pela sanzala. Até que um dia, a esposa do chefe de posto, um casal branco, sem filhos, de meia idade e desterrados naquele sítio nenhum, no meio do mato e de mais dois ou três cantineiros, amancebados com mulheres da sanzala e alguns com farta descendência, essa sim, mulata, mas conhecendo-se a origem. Os anos da D. Berta soube-se depois, eram a coisa mais importante que se passava entre a comunidade branca e assimilada da sanzala. Para o churrasco de cabrito e outras iguarias locais, como os excelentes frutos tropicais, banana, manga, papaia, mamão tudo regado com champanhe, religiosamente guardado de uns anos para os outros, bem perto do armeiro do posto, para que todos percebessem que ali não se mexia, e, à laia de sangria tropical, ia escorrendo pelas gargantas, enquanto, noite fora, os batuqueiros se esforçavam por agradar ao Martins, na esperança que, no dia seguinte, não fossem eles a ter de varrer todo aquele jardim, onde a festa decorria, com o luzimento do costume.

Para os batuqueiros e sipaios, havia frango na brasa e katembe, que naque-

le dia não era proibido, até porque quem apanhasse bebedeira, tinha de se ver com o cabo dos sipaios que de porra não era meigo. Todos comiam antes da festa, para depois estarem atentos às necessidades dos convidados de D. Berta e do chefe Martins. Aos batuqueiros a dar ao cotovelo e os sipaios, carregando a mauser às costas. Afinal, eles eram, naquele dia e naquela noite, a autoridade, uma vez que o chefe de posto, lá para a meia noite já estaria podre de bêbado.

A coisa era conhecida e começava a organizar-se quinze dias antes, mais ou menos. Os sipaios sabiam quem tinha o cabrito mais gordo e lá iam informando o dono que, mesmo contra a sua vontade, tinha de vender o animal para a festa. Era só fazer o preço e geralmente, o dono do cabrito aproveitava esta altura para inflacionar.

Já não se falava noutra coisa, quando uma tarde, o Armando chegou a casa de Fátima e sentenciou: «Tu vais comigo».

A moça temeu o pior. Para onde é que ele a queria levar? Seria que ia haver já rotação de tropas e o Armando ia para outro lado e queria levá-la? Um sentimento estranho apossou-se de Fátima e as pernas chocalharam um bocado, numa

sensação que nunca tinha experimentado. No entanto, o sorriso branco do furriel tranquilizou-a um bocado e ficou calada, do outro lado da cama, à espera que Armando dissesse o que havia para dizer.

- Sabes que vai haver festa nos anos a mulher do chefe de posto, não sabes? Fátima respondeu que sim, com aquele som característico da sua tribo, que consistia em sorver o ar, rapidamente, fazendo um som parecido com um suspiro ao contrário e que queria dizer que sim. Havia um outro sinal para o mesmo efeito e que consistia em arquear as sobrancelhas. Também queria significar que sim, mas, na penumbra cerrada da cubata, Armando não daria por esse sinal, pelo que Fátima optou por sorver o ar num gesto e som rápidos.

- Pois tu vais comigo a essa festa – anunciou o furriel Armando. A moça ia caindo para trás. Abriu muito os olhos e na penumbra, parecia que se tinham acendido dois faróis. Mas não disse nada. Durante uns bons segundos, apenas as suas gargalhadas rasgaram o silêncio de fim do dia.

Armando afivelou um ar muito sério, como fazia nos grandes momentos em que tinha que tomar algumas decisões e saiu em direção à sua unidade.

Fátima ainda estava arrasada com a notícia. Nunca tal coisa lhe passara pela cabeça e ainda chegou a admitir que o Armando estava a gozar com ela, como fazia quando lhe segredava ao ouvido que ela tinha um umbigo muito sensual. Ela nem sabia o que era isso, aliás o contexto era outro, só o seu furriel é que se lembrava do umbigo dela, que ela nem sabia para que servia. Limitava-se a abrir as pernas e pronto. Verdade que gostava de se enroscar com o furriel Armando, mas era só isso, uma sensação animalasca pura que ele procurava transmitir e receber de volta. Mas, agora, ir à festa do chefe de posto, não lhe parecia bem. Nem saberia explicar aos seus, aos anciãos da sua tribo, porque o fizera. Mas seria que ela poderia dizer não ao furriel? Talvez uma boa noite de brincadeira o fizesse mudar de ideias. Foi o que Fátima fez, mas sem resultados práticos.

- Já disse que vais comigo e pronto, está dito.

Àquela hora, já Armando tinha marchado para o seio do seu grupo de combate que cedinho tinha uma missão para cumprir: garantir a segurança de MVL de veículos civis, até Zanzoio. Nunca Ar-

mando participou numa missão que lhe agradasse tanto. O caminho pela picada, pareceu-lhe, desta vez, mais curto. O Grupo parou apenas uma vez para que uma pequena patrulha fosse bater uma curva mais suspeita, mas nada, podiam seguir, e seguiram.

Em Zanzoio, o primeiro a saltar do Unimog, foi o Armando. Sacudiu o pó da picada, enfiou uma Cuca gelada pela goela abaixo, até se fixar uma dor funda na testa e troteou para a cantina do Silvestre, um português ali radicado, com duas famílias, uma em Gondomar, com mulher e um filho na universidade, outra em Zanzoio, com uma coleção de mulatinhos que nem sabia contar.

Depois de umas palmadas nas costas, lá saiu com uma peça de pano colorida e um par de sapatos brancos, de verniz e meio salto. Foi assim que, oito horas depois, chegou a casa de Fátima: «enrola este pano, é muito colorido e deve ficar-te bem. Rasga um bocado para uma fita na cabeça, calça os sapatos e vamos ao jantar da mulher do chefe de posto.»

A moça nem queria acreditar no que estava a ouvir. Baixou os olhos enormes, agarrou nos sapatos e lá foi, a trote, atrás do furriel Armando, em direção à casa do chefe de posto, de onde se ouviam risadas e batuque africano.

Uma vez lá chegados, uma centena de metros mais adiante, o Armando entrou confiante na casa do chefe de posto e Fátima sentou-se no degrau do alpendre, sapatos na mão e os olhos a brilhar como duas brasas acesas. Ali ficou, silenciosa e obediente, mas contrariada. Não era aquilo que ela imaginava, aliás, ela não imaginava coisa nenhuma, a não ser que não queria estar ali. Foi então que apareceu a mulher do chefe de posto, loira, linda, de vestido comprido e sapato de salto.

Fátima ainda tentou calçar os sapatos que o Armando lhe dera, mas afinal, nem lhe cabiam nos pés. Assustada, ainda tentou ensaiar duas fugas em direção a casa.

Nada disso, disse a mulher do chefe de posto. Ela própria se descalçou, conduziu suavemente Fátima para o salão onde decorria a festa, e a batucada, as cucas e o churrasco, duraram até de manhã, com os convivas todos descalços e deitados com os requebros da «patroa», numa roda de rebita, como só ela sabia, mas depressa, todos entraram na dança.

Acho que ninguém soube como aquilo acabou, mas uma coisa é certa, os sapatos da Fátima nunca mais apareceram.

Palácio da Independência Lisboa

216ª Sessão, realizada em **Lisboa, no Palácio da Independência**, em 19 de novembro de 2018.

Apresentação do Livro “**O Padre de Savimbi**”, do Padre António Oliveira, pelo Cor. José Montez. A sessão foi presidida pelo Tenente-general Sousa Pinto, Presidente da C.P.H.M., que abriu a sessão tendo-se seguido o apresentador, o autor e alguns assistentes à mesma e foi encerrada pelo Presidente da Direção Central da L.C., Ten. General Chito Rodrigues, tendo contado com 19 presenças. 📌



Messe de Oficiais na Batalha Porto

217ª Sessão, realizada no **Porto, na Mesa de Oficiais da Batalha**, em 06 de dezembro de 2018.

Apresentação do 34º. Livro da Coleção Literária “Fim do Império”, “**Moçambique, Guerra e Descolonização 1964-1975**”, do Cor. Amaro Bernardo, pelo Ten. General Moreira Maia.

Após a abertura da Sessão, pelo Cor. Glória Belchior Presidente do Núcleo do Porto da L.C., e das intervenções do apresentador e do autor, seguiram-se as de alguns assistentes e do moderador. A Sessão foi encerrada pelo Cor. Araújo, do Comando de Pessoal do Exército e pelo Cor. Glória Belchior. A Sessão contou com 31 presenças. 📌



Livraria-Galeria Municipal Verney Oeiras

218ª Sessão, realizada em **Oeiras, na Livraria – Galeria Municipal Verney**, em 11 de dezembro de 2018.

Lançamento do 36º. Livro da Coleção Literária “Fim do Império”, “**Moçambique, Aquartelamento AK-47, Uma História Singular**”, do Engº. Carlos da Silva Duarte, pelo Engº. Miguel Anacoreta Correia. Abriu a Sessão o Presidente do Núcleo de Oeiras / Cascais da L.C., Superintendente Isaías Teles, tendo-se seguido o editor Dr. Batista Lopes, o apresentador e o autor, e após algumas intervenções de assistentes a Sessão foi encerrada pelo moderador e contou com 68 presenças. 📌



Palácio da Independência - Lisboa

219ª Sessão, realizada em **Lisboa, no Palácio da Independência**, em 17 de dezembro de 2018. Apresentação do Livro “**Moçambique... Memórias que o Tempo não Apaga**”, do Tenente-coronel Luís Borges, apresentado pelo Prof. Dr. Manuel dos Santos Rodrigues e Tenente-general Chito Rodrigues. Abriu a Sessão o Presidente da CPHM, Tenente-general Sousa Pinto, tendo-se seguido os apresentadores, o autor e alguns dos assistentes à mesma, que contou com 34 presenças. 📌

Messe de Oficiais na Batalha Porto

220ª Sessão, realizada no **Porto, na Mesa de Oficiais da Batalha**, em 10 de janeiro de 2019.

Apresentação do Livro “**O Último Ultramarino – Na Saga da Descolonização de Angola**” do jornalista Xavier de Figueiredo, pelo Dr. José Manuel Barroso. Abriu a Sessão o Presidente do Núcleo do Porto da LC, Cor. Glória Belchior, tendo-se seguido as intervenções da Diretora Editorial da Babel, Drª. Maria José Pereira, do apresentador, do autor e do moderador. Após as intervenções de assistentes à Sessão foi a mesma encerrada pelo Presidente do Núcleo do Porto e representante do Gen. Comandante do Pessoal do Exército, e contou com 40 presenças. 📌



Palácio do Marquês - Oeiras

221ª Sessão, realizada em **Oeiras, no Palácio do Marquês**, em 15 de janeiro de 2019. Apresentação do Livro “**A Guerra na Antiga Jugoslávia**”, da coordenação dos Maj. Gen. Carlos Branco, Brig. Gen. Henriques Santos e Cor. Eduardo Saraiva que apresentaram a obra. A Sessão foi aberta pelo Presidente do Núcleo de Oeiras/Cascais da LC, Superintendente Isaías Teles tendo-se seguido as intervenções do moderador e de diversos assistentes à mesma e foi encerrada pelo Presidente da DC da Liga dos Combatentes, Ten.Gen. Chito Rodrigues, e contou com 36 presenças. 📌

LIGA SOLIDÁRIA

Um Euro...
novo lar...

Revelou-se um êxito a campanha «**Um Euro, Um Lar**» que a Liga dos Combatentes lançou, para angariar fundos que ajudassem a construir a Residência São Nuno de Santa Maria, em Estremoz e transformar o Lar dos Filhos dos Combatentes em Complexo Social Nossa Senhora da Paz, no Porto.

Torna-se agora necessário os vossos contributos para a construção de um terceiro lar.

Contamos convosco



Palácio da Independência Lisboa

2^{22ª} Sessão, realizada em **Lisboa**, no **Palácio da Independência**, em 21 de janeiro de 2019, comemorativa dos 150 anos do nascimento de Gago Coutinho.

Apresentação do Livro **“Gago Coutinho – O Último Grande Aventureiro Português”**, do Dr. Rui Miguel da Costa Pinto, pelo Cmdt. Costa Canas.

Após a abertura da Sessão pelo Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, Tenente-general Sousa Pinto, usaram da palavra o apresentador, o autor, o moderador e alguns dos assistentes, nomeadamente o Almirante Vieira Matias, tendo sido a mesma encerrada com a intervenção do Ten. General Sousa Pinto e contou com 33 presenças. 📌



Messe de Oficiais na Batalha Porto

2^{23ª} Sessão, realizada no **Porto**, na **Messa de Oficiais da Batalha**, em 14 de fevereiro de 2019.

Apresentação do 35º. Livro da Coleção Literária “Fim do Império”, **“Memórias Africanas e de Outros Tempos”**, do Arquiteto Eduardo Varandas, pelo Cor. José Montez.

A abertura da Sessão esteve a cargo do Dr. Fernando Reis Lima que presidiu à mesma.

Seguiram-se as intervenções do apresentador, do autor e de vários assistentes, tendo sido encerrada pelo representante do General Ajudante-General do Exército e Dr. Reis Lima, e contou com 32 presenças. 📌



Livraria-Galeria Municipal Verney - Oeiras

2^{24ª} Sessão, realizada em **Oeiras**, na **Livraria – Galeria Municipal Verney**, em 19 de fevereiro de 2019. Apresentação do Livro **“Memórias de Um Alferes”**, do Dr. António Moreira, pelo Coronel Tirocinado Cmd. Raúl Folques. Abriu a Sessão o Presidente do Núcleo de Oeiras/Cascais da Liga dos Combatentes, Superintendente Isaías Teles, tendo-se seguido as intervenções do apresentador, do autor, do moderador e de vários assistentes. O presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes Tenente-general Chito Rodrigues presidiu à Sessão e com a sua intervenção encerrou a mesma, que contou com 29 presenças. 📌



Museu do Combatente

Av. Brasília (junto à Torre de Belém)

Capacetes Azuis Exposição Temporária



Está patente no Museu do Combatente uma exposição temporária sobre os 70 anos da ONU e Operações de Paz desde a primeira em 1948 até às atuais. Pode ver-se também uma mostra do BTm4, ONUMOZ, que foi o primeiro contingente nacional a participar nas operações de Paz e Humanitárias na ONU.

Esta exposição, cedida pelo Exército e coordenada pelo General Miguel Leitão, que na altura serviu no Batalhão como Tenente-coronel chegando também a ser seu comandante, com o apoio do Gabinete de Relações Públicas do Chefe do Estado-maior do Exército, mostra ao pormenor os detalhes desta operação.



A Trincheira

De um realismo dramático, hiper-realista, em 3 dimensões com manequins em tamanho natural, efeitos de luz e som, a vida do soldado português na Flandres, as saudades de casa, as conversas em momentos de descanso e até naqueles em que a realidade envolvente impossibilitava conciliar o sono pelos rebentamentos sucessivos, os ataques de pânico, os feridos, o sair do abrigo provisório da trincheira para o combate corpo-a-corpo.

Eventos no Forte



O Museu do Combatente, no Forte do Bom Sucesso, tem sido escolhido para a realização de vários eventos, nomeadamente de confraternização de grupos sociais e empresariais e outros de caráter mais privado, como foi o caso dos noivos que escolheram o Forte do Bom Sucesso para celebrarem o seu casamento neste espaço nobre, junto à Torre de Belém.

Tome nota



História da aviação do séc. XX

Cerca de 500 modelos em escala, desde o dos irmãos Wright até aos atuais drones, passando por todos os aviões da II Guerra Mundial e das grandes batalhas aéreas.



Aberto todos os dias,
incluindo fins de semana e feriados.

Das 10H00 às 18H00
Contacto: 919 903 210

Bilhetes:
4€ (adultos)

**3€ (crianças a partir dos 5 anos, reformados e grupos
grátis (para sócios da Liga dos Combatentes))**



EXPOSIÇÃO ARMARIA LIGEIRA E EQUIPAMENTOS



EXHIBITION LIGHT ARMORY AND EQUIPMENTS

www.ligacombatentes.org.pt

<https://www.facebook.com/museucombatente.oficial>

isabel martins mkt 2019

Sugestões de leitura

A Malta do 23 na Grande Guerra

Fotografias inéditas de negativos de vidro, de um militar de Coimbra, representativas do quotidiano do Batalhão de Infantaria nº 23 na Flandres.

Espólio fotográfico do Núcleo de Coimbra da Liga dos Combatentes

A Agência de Coimbra foi fundada em 1921 com o Capitão Augusto Casimiro, no período em que ainda a Comissão Organizadora da futura Liga dos Combatentes, desenvolvia em Lisboa os procedimentos necessários à sua legalização (Ata nº 1 da LC, 16-10-1923). Em 29 de setembro de 1923 foi nomeado para Presidente da Agência de Coimbra, o Alferes Capelão e Reverendo Cônego Luiz Lopes de Melo, sócio nº 3 (Ata nº 1 da LC, 16-10-1923), e em 9 de Abril de 1924 foi oficializada a sua tomada de posse em sessão solene realizada no Teatro Avenida, presidida pelo General Simas Machado.

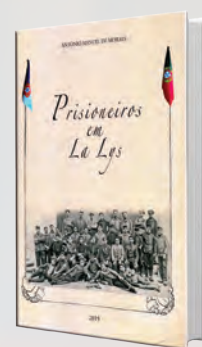
Atualmente o Núcleo de Coimbra da Liga dos Combatentes, tem a sua sede no Colégio da Graça (Património da UNESCO), na Rua da Sofia nº 136, que ocupa des-



de 11 de Novembro de 1971 e tem como Presidente da Direção o Tenente-coronel João Paulino. Neste edifício funciona, além da estrutura administrativa, um Núcleo Museológico e Sala Nobre, uma Biblioteca e Sala de Leitura, Sala de Conferências, Sala de Jogos, Restaurante, Bar, Ginásio e um Centro de Apoio Médico, Psicológico e Social (CAMPS).

Autor: Jorge Manuel M Costa Carvalho

À venda na Liga dos Combatentes pelo valor de 10,00€ + Portes de envio



Prisioneiros em La Lys

António Manuel de Moraes, um Combatente da Guerra do Ultramar, escreve sobre a Grande Guerra. Viveu momentos difíceis. Escreve sobre momentos terríveis. Escolheu precisamente a situação mais terrível com que qualquer Combatente se pode confrontar numa situação de Guerra: A de Prisioneiro de Guerra.

A obra apresenta, porém, duas partes distintas. Uma em que analisa e descreve a Guerra e a participação portuguesa, dando relevo aos Combatentes da sua terra natal: Torres Vedras.

Uma segunda parte, em que após uma investigação exaustiva relaciona os prisioneiros da Grande Guerra e descreve o martírio do seu dia-a-dia.

Edição e Autor: António Manuel de Moraes



Moçambique - Aquartelamento AK 47 Uma História Singular

«...Este livro é, sobretudo, um mergulho na história recente do nosso País, através duma família que a narrativa acompanha durante quase 90 anos (1905/1995), e que vive na Beira Alta. A "Guerra do Ultramar" atingiu-a como a quase todas as famílias portuguesas nos anos 60 e inícios de 70. Neste caso, duma forma especial, diríamos insólita. [...]

Autores: Carlos M. Duarte

Alma mater: Universidade do Porto

Editora: Âncora Editora

Programa Fim do Império; Núcleo de Oeiras/Cascais da Liga dos Combatentes

1ª. Edição, dezembro 2018

À venda na Liga dos Combatentes pelo valor de 15,00€ + Portes de envio



PORTUGAL – Na 1ª Guerra Mundial Uma História Militar Concisa

Centrada na participação militar de Portugal na Primeira Guerra Mundial e coordenada por Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha, o público é presenteado com uma obra que assume prerrogativas de qualidade científica, incorpora um conjunto original, alargado e multifacetado de temas e patenteia um carácter de cidadania, memória futura e referência histórica. Conta com o prestimoso contributo de 54 autores militares e civis de reconhecido saber e reputação técnico-militar e académico.

Autor: Abílio Pires Lousada

Jorge Silva Rocha (Coord.)

Edição: Comissão Portuguesa de História Militar

1ª. Edição, novembro 2018



Portugal e a Grande Guerra

A Participação dos Oficiais de Oliveira de Azeméis

...São 17 os oficiais oliveirenses cujas memórias são evocadas no livro "Portugal e a Grande Guerra: Participação dos Oficiais Oliveirenses", que surgiu porque "não existiu nos últimos 100 anos um único livro sobre a Guerra referente ao concelho de Oliveira de Azeméis".

Autora: Teresa Cruz Tubby

Editora: Seda Publicações

1ª. Edição, dezembro 2018

OPORTUNIDADE ÚNICA desconto até 1000€

Desconto direto nos equipamentos assinalados

ESPECIAL SENIORES

SCOOTERS ELÉTRICAS DE MOBILIDADE

Recuperar a sua vida agora custa muito menos!

As scooters de mobilidade trazem uma nova liberdade e independência. Agora, e sempre que quiser, pode ir às compras, ao café, passear e visitar os seus familiares ou amigos. Circulam em passeios.

EXPERIMENTE

**GRÁTIS
EM CASA!**

Experimente qualquer uma das nossas scooters de mobilidade em sua casa, sem qualquer custo ou compromisso.

NÃO NECESSITAM
DE CARTA DE CONDUÇÃO

MUITO
ECONÓMICAS

3^{***}
ANOS
GARANTIA



ESTE MÊS!

DESCONTO
Leitores
O Combatente

até

-1000€

Scooters de mobilidade

Ligue agora, tel. 808 918 388 e solicite a sua scooter para os seus primeiros passeios.

ESTE MÊS!

DESCONTO
Leitores
O Combatente

até

-1000€

Elevadores de escadas



★ **GRÁTIS**
Avaliação
das suas escadas

★ **GRÁTIS**
Demonstração
em sua casa

★ **GRÁTIS**
Instalação em
menos de 1 dia*

Adaptam-se à
maioria das
escadas,
interiores e
exteriores.



ELEVADORES DE ESCADAS

Porque merece viver melhor, merece ser feliz!
Com os elevadores de escadas Stannah pode subir e descer as escadas, confortavelmente e em segurança.

Aproveite a oportunidade e
redescubra a sua casa!!

- Fáceis de operar
- Elétricos e de baixo consumo.
- Rebatíveis, não obstruem a passagem
- Sem obras, instalado diretamente nos degraus

*Baseado numa instalação em condições ideais

SOLUÇÕES DE BANHO

Recupere o prazer de tomar um banho relaxado, sem medo de escorregar na banheira

A banheira alta com porta permite entrar e sair do banho sem necessidade de elevar as pernas. O acesso fácil, seguro e sem dores ao banho é uma realidade.

- Porta para fácil acesso
- Base antiderrapante
- Paredes altas promovem o equilíbrio
- Assento incorporado



Não caia na banheira
Fácil entrar e fácil sair

★ **GRÁTIS**
Instalação em
menos de 1 dia*

★ **GRÁTIS**
Demonstração
em sua casa

★ **GRÁTIS**
Avaliação e
Orçamento na hora



ESTE MÊS!

DESCONTO
Leitores
O Combatente

a partir

-300€

Soluções de banho

GRÁTIS ✓
Avaliação de
mobilidade

GRÁTIS ✓
Demonstrações
em sua casa

GRÁTIS ✓
Guia de soluções
de mobilidade

Ligue e fale connosco:
808 918 388

Custo de chamada local

Agende uma visita com um especialista e, sem sair do conforto do seu lar, fique a conhecer todos os nossos equipamentos. Com base no que pretende, será aconselhado sobre as soluções mais adequadas a si. Este serviço é prestado gratuitamente, em qualquer parte do país e sem qualquer compromisso para si.

Estas campanhas tem a validade de um mês sem efeitos retroativos e não são acumuláveis com outras campanhas ou descontos em vigor.

ATE1OCO10319



PORTUGAL NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU

